

TRADUÇÃO

L'INFORMATION GRAMMATICALE

Tradução de
Mayalu FELIX

KLEIBER, Georges. Deictiques, Embrayeurs, ‘Token-Reflexives’, Symboles Indexicaux etc.: Comment les définir? **L’Information Grammaticale**, n. 30, p.3 –22, 1986.

KLEIBER, Georges. Dêiticos, embreadores, ‘token-reflexivos’, símbolos indexicais etc.: como defini-los?

Sumário:

Introdução

- 1 As abordagens *A*: sob a perspectiva do lugar de referência e do objeto de referência
 - 1.1 Dêixis espacial, dêixis temporal e dêixis pessoal
 - 1.2 Dêixis e anáfora
 - 1.3 Rumo à noção de sentido dêítico
 - 1.3.1 Um equívoco lamentável
 - 1.3.2 Sentido e referência dos dêiticos: caracterizações complementares
 - 1.3.2.1 Os dêiticos: as formas vazias de sentido
 - 1.3.2.2 Os dêiticos: um sentido não descritivo
 - 1.3.2.3 Os dêiticos: um sentido que varia com a situação de enunciação
 - 1.3.2.4 Os dêiticos: um sentido estável, mas um referente que varia com a situação de enunciação
 - 1.3.2.5 Os dêiticos: um sentido que remete obrigatoriamente à situação de enunciação
 - 1.4 Das abordagens *A* às abordagens *B*
- 2 As abordagens *B*: sob o ponto de vista do funcionamento referencial
 - 2.1 Redutibilidade a *Eu*: a tese do egocentrismo
 - 2.2 Os *token-reflexivos*
 - 2.2.1 *Token-reflexivo* = autorreferencial
 - 2.2.2 As versões arreferenciais da *token-reflexividade*
 - 2.2.2.1 As versões “fresselianas”
 - 2.2.2.2 A opção não redutível da *token-reflexividade*
 - 2.3 Os dêiticos, como símbolos indexicais: um sentido indexical
 - 2.3.1 Relação causal
 - 2.3.2 Uma relação espaço-temporal

2.3.2.1 Da causalidade à espaço-temporalidade

2.3.2.2 Desenvolvimentos espaço-temporais da ocorrência

2.3.2.3 Relações espaço-temporais ocorrência-referente imediatas

2.3.2.4 Relações espaço-temporais ocorrência-referente diferenciadas

Concluindo

Referências

Introdução

Propõe-se, aqui, percorrer o domínio definitório de formas como *eu, tu, aqui, agora, esse cachorro, isto*, alguns tempos gramaticais como o presente etc., que constituem as categorias de expressões linguísticas conhecidas sob etiquetas tão diversas como *dêiticos* – que nós utilizaremos mais frequentemente, por conveniência – *embreadores*, “*token-reflexivos*”, *símbolos indexicais* etc. A questão central deste trabalho é a do denominador comum desta classe de expressões: sobre que bases a definimos?

Os estudos sobre dêiticos são tão numerosos que este trabalho pode parecer supérfluo. Os dêiticos estiveram, como se sabe, na origem de duas importantes evoluções em linguística: a anulação do dogma saussureano língua-discurso, com ênfase dada à enunciação, e o surgimento da pragmática, pela ampliação da semântica vericondicional às frases que contêm dêiticos⁸⁷.

Eles são bem conhecidos, mas, por mais paradoxal que pareça, sua caracterização não é, entretanto, unívoca. Prova disso é, em primeiro lugar, a diversidade terminológica, que traduz seu surgimento em ambientes teóricos e em momentos diferentes⁸⁸. Em segundo lugar, – o preço do sucesso, no final das contas – as definições propostas são frequentemente heteróclitas, pois são constituídas por sedimentos dos tratamentos anteriores que ainda têm, por diferentes razões, autoridade. Será lembrada, enfim, a ambiguidade de certos raciocínios, divididos entre a tentação de uma abordagem onomasiológica e a necessidade de uma descrição semasiológica, cuja hesitação introduz, no domínio da linguística textual, aplicações e tratamentos classificatórios pouco satisfatórios. Uma (re) definição não é, assim, inútil: como definir os dêiticos?

Nós examinaremos, para isso, os dois tipos de abordagem nas quais se dividem as diferentes concepções propostas:

⁸⁷ Pragmática, que podemos chamar “minimalista”, defendida por Y. Bar-Hillel (1954), R. Montague (1968 e 1970) e D. Kalish (1967), que a define como “a extensão da definição semântica da verdade a línguas formais que contêm termos indexicais” (p.356). Sobre isso, existe uma controvérsia.

⁸⁸ Para uma visão geral histórica, ver M. Vuillaume (1980).

(i) As abordagens que enfatizam o lugar e o objeto de referência. A essas definições, que chamaremos *abordagem A*, correspondem as seguintes denominações: *dêiticos*, *embreadores* [*shifters*], *speechalternants*, (SØRENSEN) e *particulares egocêntricos* (RUSSEL).

(ii) As abordagens que privilegiam, ao contrário, o modo de referência [ou modo de dação⁸⁹ do referente]. Essas abordagens, chamadas de *B*, têm por designação tanto os termos descritos em (i), aproveitados numa orientação diferente [cf., por exemplo, *dêitico* no seu sentido etimológico], quanto denominações que lhes são mais particulares, como *token-reflexivos* (REICHENBACH, 1947), *expressões sui-referenciais* (BENVENISTE, 1966), *indicadores* (CASTEÑEDA, 1967), *expressões indexicais* (BAR-HILLEL, 1954), *símbolos indexicais* (BURKS, 1948-49), *índex* (PEIRCE, 1931-35) e *demonstrativos* (BURGE, 1974; DEVITT, 1974; PARRET, 1980)⁹⁰

Tentaremos mostrar, primeiramente, que, apesar dos pontos de convergência incontestáveis, as duas vias definitórias não são equivalentes, e, em segundo lugar, que são as abordagens *B*, em termos de funcionamento referencial, as mais adequadas. Com isso, seremos levados a denunciar ou a retificar esta ou aquela informação, dadas por aí, sobre esse tipo de expressão, sendo o objetivo final deste trabalho chegar a melhor entendimento e compreensão de suas especificidades semântico-referenciais. A última tese defendida será a de uma *token-reflexividade* em termos de espaço-temporalidade.

1. As abordagens A: sob o ângulo do lugar de referência e do objeto de referência.

Uma expressão referencial, ou seja, uma expressão utilizada pelo locutor para se referir a uma entidade [ou muitas entidades] extralinguística [real ou fictícia] ou linguística pode ser teoricamente determinada de três modos:

- pela natureza do objeto ao qual ela remete: *aqui* só designa o local, *agora* um momento etc.;
- pelo lugar onde se encontra o objeto de referência: *este*, por exemplo, acaba por ser um demonstrativo de proximidade;

⁸⁹ NDLT: Escolhemos traduzir o vocábulo francês “donation” por “dação”, em vez do conhecido substantivo “doação”, que é o ato ou efeito de doar e está associado, comumente, à ideia de transmissão gratuita, sem ônus. O termo “dação” tem sua origem no latino *datio* e designa o ato de dar, fazendo parte do jargão jurídico [“dação em pagamento”, *datio in solutum*]. Com o emprego de “dação”, tentamos amenizar a ideia de que o referente é “entregue” sem que haja contrapartida, tendo em vista que ele é dado ao interlocutor mediante as operações semântico-discursivas aqui examinadas.

⁹⁰ Não nos surpreenderemos de encontrar algumas nomenclaturas nos dois tipos de tratamento.

- pelo modo de referir-se ao objeto relacionado: a descrição definida *O vencedor de Austerlitz* não se refere a Napoleão como faz o nome próprio *Napoleão*⁹¹.

1.1 Dêixis espacial, dêixis temporal e dêixis pessoal

As abordagens A dos termos dêiticos combinam as duas primeiras determinações. A extensão do domínio referido varia, entretanto, consideravelmente, segundo os autores, e não é inútil precisar as diferentes extensões que adquire a noção de *dêitico* apreendida sob o ângulo do lugar e do objeto de referência.

A concepção mais estreita restringe a dêixis à identificação espacial. Ela encontra sua própria fonte na etimologia grega do termo: o sentido de *deiknumi*, ‘mostrar por gesto’, ‘indicar por ostensão’, ainda que favorecendo prioritariamente uma definição em termos de funcionamento referencial [abordagem B], conduz indiretamente a uma análise puramente localizante de tipo A. Dirigir o olhar para o local onde o objeto se encontra é indicar o local de residência desse objeto, é localizá-lo. A dêixis se limita, nessa situação, ao “modo de atualização, isto é, de ancoragem do sentido geral das palavras no universo particular percebido ou concebido” que, “dos três modos de ancoragem possíveis [*eu, aqui, agora*] [...], utiliza o segundo, tão preciso quanto o primeiro” (BONNARD, 1972, p.1206). O termo *dêitico*, nesse sentido, é reservado, percebe-se, aos demonstrativos e aos presentativos.

Ele ganha em extensão com a transferência, frequentemente constatada ou postulada nas línguas naturais, da representação espacial à categoria temporal. A dêixis torna-se, então, um procedimento de “localização espaço-temporal” (FRASER; JOLY, 1979, p.101), as expressões dêiticas sendo “morfemas que exprimem uma representação do espaço, e [...] uma representação do tempo sob forma de espaço” (Ibid., loc. cit.). Na taxionomia de B. Pottier (1974, p.188), que reflete [mais ou menos] essa opção⁹², a dêixis não compreende as expressões “pessoais” *eu, tu* etc., sendo organizadas na categoria da *interlocução*.

A integração dessas expressões pessoais é adquirida com a passagem ao terceiro ponto de ancoragem constituído pelo *eu*. A dêixis se constitui, então, sobre os três setores constitutivos da situação de enunciação: o espaço, o tempo e os participantes. Dêixis espacial, dêixis temporal e dêixis pessoal: são estes o domínio de funcionamento das expressões dêiticas!

Nessa concepção, o critério identificatório padrão da dêixis é:

intermediário descritivo [descrição definida] e de designação direta, sem intermediário descritivo [nome próprio]. Ver G. Kleiber (1981).

Todo enunciado se realiza numa situação definida pelas coordenadas espaço-temporais: o sujeito refere o seu enunciado ao momento da enunciação, aos participantes na comunicação e ao lugar em que o enunciado se produz: as referências a essa situação formam a dêixis, e os elementos linguísticos que concorrem para “situar” o enunciado [para “embreá-lo na situação”] são dêiticos. (DUBOIS et al., 1972, p.137)

Percebe-se imediatamente, entretanto, que tal definição, por mais satisfatória que pareça, é *complicada* por expressões como os demonstrativos e pelos empregos situacionais de *ele*. Se desejamos integrar essas expressões à classe dos dêiticos, para marcar sua identidade semântico-referencial com as outras expressões dêiticas, é necessário estender a definição da dêixis proposta às entidades que são apresentadas na situação de enunciação. Ou seja, não é mais somente o momento da enunciação, o lugar da enunciação e os participantes [locutor e interlocutor] da enunciação que formam o esquema dêitico, mas também os objetos que fazem parte da situação de enunciação. Esse alargamento, necessário unicamente se uma expressão como *isso* ou *esse cachorro* ou ainda um *ele* situacional forem consideradas expressões dêiticas – hipótese que nos parece justificada – opera-se facilmente por meio da noção de localização, ou seja, a partir do segundo ponto da ancoragem, o *hic*: são as entidades que estão *aqui*. Os dêiticos se encontram então redefinidos como sendo expressões que se referem a entidades cujo denominador comum é ser localizadas na situação de enunciação.

Não é chegada a hora de julgar se essa via de abordagem é procedente. Convém, em primeiro lugar, investigar por que ela fez e faz tanto sucesso e é necessário, em seguida, considerar um último acréscimo trazido à noção de dêitico: eles são a extensão de certos empregos anafóricos.

Na origem do crédito do qual desfrutam as definições em termos de elementos constitutivos da situação de enunciação, encontra-se a primazia dada à subcategoria das expressões dêiticas que nós chamamos, em outros estudos (1983a e 1984a), símbolos indexicais *transparentes* e que M. Vuillaume (1980 e 1986) chama dêiticos *diretos*, por oposição aos indiretos. A transparência de dêiticos como *este/aquela*, ou *esse cachorro*, reside na identificação unívoca do referente: *eu* é sempre o locutor; *aqui*, o lugar onde se dá o discurso etc. Como esse tipo de expressão dêitica se refere a elementos constitutivos da situação estáveis, ele confirma sempre as definições da abordagem A. Assim, *eu*, por exemplo, designa sempre um referente localizado na situação de enunciação, já que se refere sempre ao locutor. Por que, então, defini-lo de outro modo? A resposta mais óbvia é a tentação natural – tendo em vista o caráter canônico dessas expressões fundadoras da

⁹² Também nesse viés teórico acrescentamos a dêixis *nocional*, destinada a dar conta da oposição coincidência/não coincidência [cf. *assim vs de outra maneira*].

dêixis – de estender essa definição às outras expressões dêiticas. A embreagem sobre os elementos da situação de enunciação torna-se, desse modo, o critério de agrupamento das expressões dêiticas e, em oposição à impermeabilidade ortodoxa saussuriana língua/discurso, forma o ponto de partida quase indispensável de toda linguística [discursiva ou textual].

1.2 Dêixis e anáfora

O percurso das abordagens *A* não termina com essa definição das expressões dêiticas como designadores de entidades localizadas na situação de enunciação. Uma concepção *A*, mais larga ainda, integra a dimensão anafórica no âmbito da dêixis. A noção de dêixis, como apresentamos até aqui, opõe-se, de fato, à de anafórico⁹³ por meio da separação lugar situacional / lugar linguístico [ou textual]. Não se trata, evidentemente, nem de anáfora retórica [a repetição de uma palavra ou de muitas no início dos enunciados] nem de anáfora sintática – que encontramos no centro dos desenvolvimentos recentes da gramática gerativa⁹⁴ – ou seja, do processo sintático que consiste em retomar, sobretudo numa frase, por um segmento – um pronome em particular – um outro segmento do discurso. Por anáfora compreende-se, simplesmente, nesse nível, a referência localizada no contexto linguístico. Se *eu* e *aqui* de 1) representam assim expressões dêiticas, *ele* de 2) constituirá um caso clássico de expressão anafórica:

1) *Eu cheguei aqui.*

2) *Paulo partiu. Ele estava cansado.*

Essa divisão pode satisfazer, e muitos linguistas se contentam, efetivamente, com ela, pois ela fornece o cenário de uma divisão clássica dos pronomes pessoais em dêiticos [*eu, tu, nós = eu + tu*], anafóricos [*ele*] e mistos [*nós = eu + ele* etc.] e constitui um eixo teórico poderoso para a análise dos processos referenciais dentro de uma linguística discursiva [textual ou ainda enunciativa].

Por que, então, tentar reduzir essa linguística e querer integrar a referência anafórica sob o guarda-chuva de uma dêixis sempre mais ampla? Porque existe a vontade de unificar o tratamento de certas unidades. Uma das desvantagens mais flagrantes da divisão típica em dêiticos e anafóricos é a de conduzir a divisão em dois de certas expressões segundo sua referência a um referente mencionado anteriormente [anáfora] ou a um referente hospedado na situação de enunciação. Desse modo, ocorrem, tipicamente, demonstrativos suscetíveis tanto de um emprego dêítico quanto de um uso anafórico.

⁹³ Deixamos de lado a distinção, que é inócua para nosso propósito, entre anáfora e catáfora. M. Maillard (1974) reúne ambas sob a etiqueta de *diafóricos*.

⁹⁴ Ver N. Chomsky (1981; 1982), J. Aoun (1981), J. Guéron (1979), Coleção ERA 642 (1984).

3) *Mas esse homem é louco!* [apontando para um referente da situação de enunciação]

4) *Um homem colocou um chapéu de mulher na cabeça. Esse homem era louco.* [emprego anafórico]

Se permanecemos na oposição dêitico/anafórico, haverá de fato dois adjetivos demonstrativos *esse*, um demonstrativo que faz parte da classe das expressões dêíticas como *eu, tu, aqui* etc., e um demonstrativo que pertenceria à categoria dos anafóricos. Tal posição não é, teoricamente, indefensável, sobretudo da parte dos filósofos lógicos (KAPLAN, 1977), que detestam abrigar os empregos anafóricos no mesmo grupo dos empregos situacionais, mas ela se revela pouco satisfatória, linguisticamente, em relação aos demonstrativos. De fato, é muito difícil aderir a uma análise dispersa do sentido do adjetivo demonstrativo. Uma expressão como *Esse homem* não parece apresentar, intuitivamente, dois sentidos diferentes. O abandono de uma opção polissêmica ou homonímica obriga, entretanto, a um reajustamento da definição dos dêíticos. Se a decisão é manter entre os dêíticos as expressões que, como o adjetivo demonstrativo, são aptas tanto a uma referência situacional quanto a uma referência anafórica, só há uma solução possível: o alargamento da dêixis à situação anafórica, o inverso – a integração da dêixis à anáfora – estando já excluído, já que, como vimos, há dêíticos como *eu* que não podem, jamais, tornarem-se anafóricos.

Esse alargamento⁹⁵ pode se basear sobre a constatação de que o referente de uma expressão anafórica está, de algum modo, igualmente “presente” na situação de enunciação. A partir do momento em que o co-texto⁹⁶ é considerado como um elemento constitutivo da situação de enunciação, o status dos anafóricos se aproxima da posição das expressões dêíticas, já que elas se referem também a um referente que está dentro da situação de enunciação, e isso por meio do contexto linguístico. A reunião anáfora-dêixis sob uma dêixis comum mais ampla se encontra então justificada pelo argumento da presença do objeto de referência na situação de enunciação [extralinguística ou linguística].

A derivação é explicada, também, por uma transferência das noções de determinações fundamentalmente espaciais à dimensão temporal (LYONS, 1975). O caráter específico das expressões anafóricas reside em sua referência a um segmento linguístico mais ou menos próximo. Essa proximidade, que, como ressalta J. Lyons (1980, p.292), é “o componente fundamental dêitico

⁹⁵ Para tal alargamento, ver, p.e., O. Ducrot e T. Todorov (1972, p.406), que falam de dêixis *indicial* e de dêixis *anafórica*, ou ainda K. Braunmüller (1977), que distingue a *direkte Deixis* da *Rededeixis*.

⁹⁶ NDLT: Optamos por manter, na tradução, a grafia *co-texto*, mais próxima da expressão empregada pelo autor no artigo original, em francês [*co-texte*], embora o termo *cotexto* já tenha sido largamente adotado no meio científico.

de uma expressão anafórica”, autoriza uma “reinterpretação da localização dêitica espacial em termos de uma localização temporal no contexto de enunciação”.

É preciso perceber que essa segunda forma de integrar os empregos anafóricos é mais correta que a primeira, na medida em que ela não conduz à afirmação abusiva de que o referente de uma expressão anafórica está, ele próprio, presente no texto. Dizer que o objeto de referência do SN demonstrativo *Esse homem* do enunciado 4) está presente no contexto é uma comodidade de linguagem para exprimir que ele foi introduzido anteriormente no contexto de enunciação. Veremos, aliás, com J. Lyons (1980, p.289), que quando o referente está realmente no contexto anterior, numa referência às entidades linguísticas do contexto, não se trata mais de anáfora, mas de dêixis, de uma dêixis textual – como a chama J. Lyons – que é necessário separar da anáfora, com a qual ela é frequentemente confundida. Assim, em 5), exemplo citado por J. Lyons,

5) (X declara) *Isso... isso é um rinoceronte.*

(Y replica) *Um o quê, você pode soletrá-lo?*

O referente de *lo* é a forma *rinoceronte* e, então, um elemento realmente presente na situação de enunciação. Por essa razão, o processo referencial se assemelha mais à referência dêitica que à referência anafórica⁹⁷. E não é, contrariamente ao que pensa J. Lyons, porque não há correferência entre *isso* e *um rinoceronte*: o segmento linguístico anterior, indispensável para que haja anáfora, não precisa se referir ao mesmo referente que a expressão anafórica. Correferência e anáfora, como ressalta J. C. Milner (1982) e F. Corblin (1985 e 1985b), não necessariamente coincidem. E isso se verifica não somente pelas unidades que não entram diretamente na problemática dos símbolos indexicais, como o artigo definido em anáfora associativa em 6), mas igualmente pelas que, como os demonstrativos, são objeto de litígio “indexical”:

6) *Paul se sentou em uma cadeira. O espaldar cedeu.*

⁹⁷ J. Lyons (1980, p.290) distingue a dêixis textual *pura*, como no caso de 5), de uma dêixis textual *impura*, como a que vigora em uma troca como:

- *Eu nunca o vi*

- *Isso é uma mentira*

Nos exemplos, *isso* não se refere nem à frase como forma nem a um dos referentes de suas expressões constituintes. Entretanto, parece-nos que Lyons se engana, falando aqui de dêixis textual. Contrariamente a 5), em que o objeto de referência está de fato presente, o de *isso*, nessa troca, é constituído pelo estado de coisas denotado na frase. Trata-se de uma *coisa* [no sentido de um referente que não tem nome / não é nomeado] que não está mais presente no contexto de enunciação que o referente de uma menção anterior correferencial da expressão anafórica. Em consequência, esse *isso*, que M. Maillard (1974) chamaria de *resumitivo*, não está “no meio termo entre a anáfora e a dêixis” (LYONS, 1980, p.290). Sua função é realmente a de um anafórico.

7) *O pinheiro que João plantou em seu jardim morreu. Esse pinheiro não resiste nunca ao calor de verão da planície.*

Se ele faz referência, efetivamente, à primeira ocorrência de *pinheiro*, o SN demonstrativo da cadeia 7) não é, por isso, uma expressão correferencial dessa ocorrência.

Essas precisões trazidas sobre a natureza da “presença” do referente das expressões anafóricas já sinalizam, como vimos, a passagem das concepções *A* para as abordagens *B*. Se permanece a ideia de localização na situação de enunciação [ampliada para o contexto linguístico imediato], traço justificador de uma concepção de tipo *A*, o abandono da condição de presença efetiva conduz, fatalmente, a uma análise que se baseia não mais, prioritariamente, sobre o ponto de localização do referente, mas sobre as modalidades de sua fixação referencial.

1.3 Rumo à noção de sentido dêitico

1.3.1 Um equívoco lamentável

Onde estamos, exatamente, na determinação *A* de nossos dêiticos? O apego ao modelo referencial anafórico resultou em uma definição localizante ampla dos dêiticos: são expressões que se referem a uma entidade presente, diretamente ou indiretamente, na situação de enunciação. Se nos prendêssemos a essa definição, toda expressão empregada para fazer referência a um elemento, introduzido pelo contexto ou dado pela situação de enunciação extralinguística, seria considerado dêitico. Nesse caso, seria necessário integrar à categoria dos embreadores expressões como as descrições definidas e até mesmo os nomes próprios, quando eles satisfazem, como em 8) e 9), o critério referencial da menção a um referente localizado na situação de enunciação:

8) *Paul, vem aqui!*

9) *O trem está chegando.*

Podemos dizer, por isso, que se trata de dêiticos? Para o nome próprio o assunto não é, jamais, problematizado: não se encontram, a esse respeito, expressões como “emprego dêitico”, sem dúvida porque a falta de emprego anafórico tira, por antecipação, qualquer pertinência a uma eventual distinção entre emprego dêitico e emprego anafórico. Para o artigo definido, por outro lado, a questão não é descartada, dada a possibilidade de uma utilização anafórica e de um reconhecimento em situação imediata. Mas deve-se, por isso, considerar esse determinante como um embreador semelhante, por exemplo, ao determinante demonstrativo? Alguns vão ao extremo dessa lógica, particularmente os semanticistas lógicos preocupados em estabelecer as condições de verdade das expressões cujo referente é dado pela situação de enunciação. Então eles falam, efetivamente, de

artigo definido dêitico e de artigo definido anafórico, mas, ao fazer isso, não se dão conta da distinção capital que é necessário operar entre emprego dêitico/anafórico e sentido dêitico.

O termo *expressão dêitica*, como decorre das abordagens A, presta-se a equívoco. Ele pode ser tomado no sentido de expressão de emprego dêitico. Nesse caso, a operação é onomasiológica, tendo como questão inicial: *Que expressões linguísticas podem ser utilizadas para dar conta de um referente localizado na situação de enunciação?* O termo também pode significar que se trata de expressões propriamente dêiticas ou, se preferimos, de sentido dêitico – a perspectiva é, então, semasiológica, sendo a preocupação primeira saber como funcionam esses signos. Apesar de uma relação evidente entre os dois, não deve haver confusão: o sentido dêitico não pode ser confundido com o emprego dêitico. Uma expressão pode ser empregada deiticamente [no sentido restrito de dêitico] sem que seu sentido seja, em razão disso, dêitico.

A diferença se manifesta pela existência, para tais expressões, de empregos nem dêíticos [no sentido restrito] nem anafóricos⁹⁸. Se essas expressões só fossem empregadas para fazer referência a um referente da situação de enunciação [linguístico ou extralinguístico], a distinção não se justificaria: a recuperação seria total. Mas, observamos que elas podem ser utilizadas para fazer referência a entidades fora do lugar situacional e do lugar linguístico imediato. O artigo definido de 9) não tem mais nada de “dêitico”, a menos que se alargue desmedidamente a noção de enunciação até torná-la inoperante.

9) *O sol nasce todas as manhãs às 6 horas*

Aí também, obviamente, como em relação ao duplo emprego do adjetivo demonstrativo visto acima, seria teoricamente possível dividir o artigo definido em muitas unidades semânticas, o que salvaguardaria o paralelismo perfeito entre emprego dêitico e sentido dêitico, mas tal hipótese não dará conta da regularidade semântica que reencontramos nos diferentes empregos do artigo definido. Essa regularidade semântica, esse sentido unitário, que é desejável pretender, não pode ser, evidentemente, um sentido dêitico! É necessário, por outro lado – e é esta a única exigência – que se delimitem os empregos dêíticos possíveis.

As expressões para as quais se deve falar de sentido dêitico são as que só conhecem empregos dêíticos: observaremos que são, precisamente, as que formam a lista clássica dos dêíticos, quer dizer, a categoria de expressões cujas diferentes definições nós aqui exploramos. A

⁹⁸ Cf. a tripartição referencial de C. Kerbrat-Orecchioni (1980) em referência *absoluta*, referência *co-textual* e referência *dêitica*. Notaremos, contudo, que essa classificação é distorcida pelo fato de que C. Kerbrat-Orecchioni só coloca na referência dêitica expressões de sentido dêitico.

consequência desse desenvolvimento é clara: qual é esse sentido dêitico? Falando de outro modo, o que faz com que essas expressões tenham sempre um emprego dêitico? Como as definições localizantes *A* se mostram tão poderosas, agrupando uma classe bem maior de unidades, elas devem ser completadas por especificações semântico-referenciais aptas a delimitar de modo mais preciso o grupo dos dêiticos, propriamente ditos. Essa exigência, é interessante notar, encontra-se satisfeita por todas as representações *A* dos dêiticos. Ou seja, todos os seus autores sentiram a necessidade de completar o critério de localização por uma caracterização suplementar de seu funcionamento semântico-referencial.

1.3.2 Sentido e referência dos dêiticos: caracterizações complementares

Os complementos definitórios propostos são variados e bem frequentemente discordantes, sendo a menção obrigatória da referência à situação de enunciação o único ponto comum. Tomemos como prova as definições de J. Roggero e J. Donato do *Dicionário de linguística de G. Mounin* (1974):

- *Dêitico* [*sem.*] – a definição etimológica [“que designa, que mostra”] faz desse termo um sinônimo de demonstrativo. Ele corresponde também à palavra inglesa *shifter* (JAKOBSON), às vezes traduzida por embreador, e que designa uma classe de formas sem denotação concreta, com referência variável que só pode ser compreendida em relação estreita com a situação; se a situação não é conhecida, o referente não pode ser identificado: *Olha ISSO! Vem AQUI!* Assim definida, a classe dos dêiticos compreende não somente os demonstrativos, mas também os pronomes como *aqui* e *agora* (p.98).

- *Embreadores* [*ling.*] – Ruwet traduziu para esse termo o inglês *shifter*, que Jakobson tomou de Jespersen, que o definiu como “uma classe de palavras [...] cujo sentido varia com a situação [...]: *papai, mamãe* etc.”. Para Jakobson, todo código linguístico contém uma classe especial de unidades gramaticais [e não lexicais, como para Jespersen] que podemos chamar de embreadores. A definição geral de um embreador não pode ser obtida fora de uma referência à mensagem. Ou seja, essas unidades do código embreiam a mensagem sobre a situação: o pronome *ele* é ao mesmo tempo símbolo, quer dizer, signo linguístico, e índice, para Jakobson. Ele precisa: “O caráter particular dos embreadores não reside em uma pretensa ausência de significação única e constante, mas no fato de que eles remetem obrigatoriamente à mensagem.” Tudo o que pertence ao código e remete à mensagem faz parte dessa classe de embreadores: o modo, o tempo, a pessoa... [p.121].

Percebemos que essas duas definições contêm, confusamente, elementos identificadores diversos e não concordantes aos quais se deve fazer justiça.

Começaremos por “condenar” quatro opções semânticas defendidas aqui e ali. Veremos, logo que essas falsas teses forem descartadas, que as afirmações que subsistem selam definitivamente o abandono das abordagens *A* em favor das abordagens *B*.

1.3.2.1 Os dêiticos: formas vazias de sentido

A primeira tese afirma que os dêiticos não têm sentido próprio, mas somente encontram referentes na situação de enunciação. Sua expressão mais clara encontra-se em P.Ricoeur (1975, p.98): “os pronomes pessoais são propriamente assêmicos; a palavra *Eu* não tem significação em si mesma”. A ideia aflora também, embora bem mais discretamente e de modo esporádico, em É. Benveniste, em afirmações como essa: “Fora do discurso efetivo, o pronome é só uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um conceito nem a um objeto” (1974, p.68) ou ainda esta: “Ora, esses pronomes se distinguem de todas as designações que a língua articula: eles não se referem nem a um conceito nem a um indivíduo” (1966, p.261).

O que se pretende, nessas definições, é essencialmente a diferença “denotativa” entre as unidades lexicais standard como *cachorro* e *menino*, e os dêiticos. É claro que, se compararmos *cachorro* a *eu*, a distância entre os dois tipos de expressão será significativa. Falando em termos de conceito, de denotação, de classes de referentes ou ainda de referência virtual (MILNER, 1978), ficará claro que essas noções são mais pertinentes para o primeiro que para o segundo. Se é natural buscar que condições deverão preencher um segmento da realidade para ser chamado *cachorro*, tal busca já parece deslocada quando se trata do dêitico *eu*. Podemos, igualmente, imaginar traçar os contornos do conceito *cachorro*, enquanto a mesma tentativa parece ser incongruente em relação aos dêiticos.

Mas podemos chegar a dizer que essa diferença traduz o caráter vazio dos dêiticos? De modo nenhum, e por duas razões. Em primeiro lugar, nada permite afirmar que se trata de uma oposição categórica e não simplesmente de uma diferença de grau. A noção de conceito, sobretudo, ou de representação mental, parece menos estranha aos dêiticos se a aplicamos fora do contraste formado pelas unidades “plenas”, como *cachorro*. *Eu* e *aqui* não evocam em nós uma representação, uma imagem? E essa representação, essa imagem, esse estado psicológico, o que é, senão um conceito? Se não há, efetivamente, fora da situação, classes de *eu* ou de *aqui* parecidas com a classe de entidades que delimitam unidades como *cachorro*, isso não significa que não há nenhum elemento denotativo *a priori*. A dificuldade de estabelecer as condições de verdade de um dêitico não leva *ipso facto* à ausência de tais condições de verdade. Teremos a ocasião de precisar isso mais à frente, com a segunda falsa tese.

A segunda razão, que milita contra a tese da ausência de sentido, mantém-se na convenção ligada a cada dêitico. Se eles não tinham sentido, deveríamos poder utilizá-los de qualquer modo. Mas, não se trata disso. Um não pode ser empregado livremente no lugar do outro. Eles são regidos por convenções estritas, regras, que podemos encontrar nos dicionários e nas gramáticas. Essas convenções rigorosamente observadas, essa regularidade no emprego, o que nos mostram, senão o sentido?

1.3.2.2 Os dêiticos: um sentido não descritivo

É aqui que intervém a segunda tese. Sim, eles têm um sentido, mas esse sentido não é descritivo. Eles não comportam traços denotativos, como as unidades *cachorro* e *menino*. Encontramos aqui, evidentemente, uma parte da argumentação desenvolvida na tese dos dêiticos – formas vazias e, então, como mostra esse outro raciocínio de É. Benveniste:

Cada instância de emprego de um nome se refere a uma noção constante objetiva, apta a permanecer virtual ou a se atualizar em um objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que ela evoca. Mas as instâncias de emprego do *eu* não constituem uma classe de referência, tendo em vista que não há objeto que podemos definir como *eu* ao qual possam se referir identicamente essas instâncias. (1966, p.252)

Sobre a oposição entre as expressões nominais e as dêiticas: reconhecemos seu sentido, mas não há traços denotativos, não há classe denotativa. “Se elas [as unidades dêiticas] recebem bem em discurso um referente específico”, escreve C. Kerbrat-Orecchioni (1980), “elas não possuem, na língua, um *denotatum* especificável” (p.37), “sua classe denotativa não é determinável na língua” (p.44).

É chegado o momento de esclarecer as dúvidas expressas acima em relação a essa tese. Nós gostaríamos de mostrar duas coisas. Primeiro, que os dêiticos possuem traços predicativos ou descritivos, portanto traços semânticos que permitem *a priori* [fora da situação de enunciação ou na língua] fazer corresponder-lhes uma denotação, não importa se extensa ou vaga. Em segundo lugar, que a argumentação desenvolvida pelos partidários de um sentido totalmente adescritivo apoia-se sobre uma comparação indevida.

Não é difícil provar que um dêitico tem um sentido descritivo e não é jamais um dêitico puro, sem nenhuma informação, por mais tênue que seja, sobre as condições que uma parte da realidade deve preencher para poder ser apreendida por ele. A impossibilidade de utilizar *aqui* no lugar de *agora* ou de *eu* tem por origem o caráter predicativo de *aqui*: aqui designa, *a priori* [ou

convencionalmente] o lugar, *agora* o tempo, eu os locutores⁹⁹. Até mesmo os demonstrativos, como já tínhamos ressaltado antes (KLEIBER, 1984a), segmentam uma referência virtual graças ao traço não locutor que eles veiculam. A tese de um sentido dêitico não conceitual [não denotativo, não predicativo, não descritivo] nos parece fundamentalmente errada, também. Aliás, se ela estivesse realmente fundamentada, ou seja, se o sentido dos dêiticos só fosse composto de indicações, digamos, funcionais ou localizantes, e, logo, se ele não comportasse absolutamente nenhuma informação sobre o tipo de referente visado, o ato de referência dêitica seria então, frequentemente, um fracasso. Isso porque os gestos e outras indicações ostensivas e localizantes não são capazes por si sós de assegurar, como os filósofos e lógicos compreenderam bem (cf. QUINE), a identificação referencial. A parte descritiva que os dêiticos comportam fornece não a identificação particular do referente visado, mas cumpre o papel de um filtro: ela elimina alguns tipos de referentes possíveis da situação de enunciação. Tomemos por ilustração *eu* e *tu*. Como sabemos de antemão que *eu* é programado para os locutores e *tu* para os alocutários, sua enunciação descarta de início qualquer outro referente possível.

Certamente nos responderão dizendo que não se trata, nesse caso, de sentido descritivo, mas de um sentido dêitico, na medida em que as noções de locutor e de alocutário só são concebidas em relação à situação de enunciação. A observação sobre a definição relacional de locutor e alocutário é exata, mas não constituiria uma objeção à nossa hipótese, muito pelo contrário. Nada proíbe, de fato, imaginar um tipo de referente percebido, *a priori*, em uma situação de enunciação. Em outras palavras, podemos segmentar classes denotativas no quadro das situações de enunciação. A melhor prova disso ainda são os próprios substantivos *locutor* e *alocutário*. Eles só são concebidos em relação a uma situação de enunciação: retiraremos deles, por isso, todo sentido descritivo?

A argumentação de C. Kerbrat-Orecchioni (1980, p.37), segundo a qual os dêiticos se diferenciariam das outras unidades lexicais pela possibilidade de uma extensão idêntica sem sinônimo obrigatório, revela-se por aí mesmo caduca. Segundo C. Kerbrat-Orecchioni, *eu* e *tu* teriam a mesma extensão, que é o conjunto virtual de todos os indivíduos que podem funcionar como locutor e como alocutário, mas não a mesma intensão. O que pensar desse raciocínio? Se fosse realmente assim, deveríamos deduzir a deicidade das unidades lexicais *locutor* e *alocutário*. Podemos, de fato, inferir, sobre as mesmas bases que as da demonstração aplicada a *eu* e *tu*, que *locutor* e *alocutário* têm uma extensão idêntica, a mesma que a designada a *eu* e *tu* por C. Kerbrat-

⁹⁹ Para o pronome de terceira pessoa em inglês, francês e alemão, podemos nos reportar a B. Wiese (1983); para o pronome latino *is* a G. Serbat (1984).

Orecchioni, e, entretanto, um sentido diferente. Não acreditamos, contudo, que iremos até os colocar no rol da categoria dos dêiticos.

A objeção, por conseguinte, não se sustenta, mas percebemos bem, por meio desse exemplo do locutor e do alocutário, porque recusamos a *eu* e a *tu* [e a outros dêiticos] a classe denotativa que nos dispomos a aplicar a *locutor* e *alocutário*. Não podemos falar de uma classe de *eu* e de *tu*, como falamos de uma classe de locutores e de alocutários. Eis aí uma boa razão para a tese da ausência de sentido predicativo para os dêiticos.

Esse raciocínio funda-se sobre uma comparação injustificada. Se é verdade que não existe classe de *eu*, de *tu*, de *este*, de *ele* etc., como existe uma classe de *cachorros*, de *árvores*, de *meninos* etc., não é porque *eu* [e os outros] não tem um sentido descritivo que o predestina aos locutores – e somente aos locutores –, mas porque *eu*, como *tu*, *este*, *ele*, etc. representa um SN, e não um N, como *cachorro*, *árvore*, *menino* etc. [ou, a rigor, um adjetivo, mas neste caso as dificuldades começam]. Em consequência, *eu* não teria as qualidades específicas ligadas aos substantivos – as de classificação.

É um equívoco opor diretamente um dêitico como *eu* a um substantivo como *cachorro* a fim de tirar conclusões sobre seu sentido referencial. Desde o começo, o resultado é falso, pois, como SN, o dêitico não reagirá às propriedades classificantes de um N. Não podemos ter *X é um eu* como temos *X é um cachorro*, porque não podemos ter ${}^+X \text{ é um SN}$ (${}^+X \text{ é um cachorro}$). O leitor terá, sem dúvida, reconhecido aqui a problemática milneriana da autonomia referencial (MILNER, 1978) e sua distinção entre *livro*, unidade referencialmente autônoma, e *ele*, unidade referencialmente não autônoma. Sem julgar a validade da oposição em si mesma, podemos denunciar o caráter ilegítimo da confrontação. De modo nenhum é permitido opor *livro* a *ele*, argumentando que para *ele* não podemos designar “nenhuma definição genérica”, ou seja, não podemos *a priori* determinar a classe dos *ele*, enquanto é sempre possível fazer corresponder a *livro* uma classe de objetos bem definida. Se desejarmos destacar a autonomia ou a não autonomia referencial de *ele*, é necessário confrontá-lo com os elementos que, referencialmente, têm o mesmo papel na frase. Ora, tais elementos não podem ser nem nomes, nem adjetivos, mas unicamente sintagmas nominais, como *o livro*, *este livro*, *o livro vermelho* etc. Então, que fato surge na comparação entre *o livro* e *ele*? Se é absurdo falar da classe dos *ele*, também não faz sentido determinar a classe referencial dos *o livro*, ou dos *este livro*, ou ainda dos *o livro vermelho*. Se é claro que um enunciado do tipo — *é um ele* não pode ter nenhum status semântico, é também claro que enunciados como — *é um o livro* ou — *é um este livro*, ou ainda — *é um o livro vermelho* não podem ter, tampouco.

A confirmação disso é dada na argumentação de C. Kerbrat-Orecchioni em termos de intensão-extensão. Em sua comparação entre dêiticos e unidades lexicais, ela coloca em destaque uma diferença na relação sentido [intensão] e extensão [denotação]. A identidade de intensão para os segundos, nota ela, acarreta uma identidade de extensão e, inversamente, a identidade de extensão leva a uma identidade de sentido. Para os primeiros, é necessário, por outro lado, separar a definição em intensão da definição em extensão, já que “dois shifters”, diz ela, “podem perfeitamente ter a mesma extensão sem ser, por isso, sinônimos” (1980, p.37). Aí também se pode facilmente mostrar que esse resultado é hipotético pela ilegitimidade da confrontação inicial. Comparemos um dêitico como *eu* a uma unidade de mesma categoria e poderemos observar que essa unidade necessita, igualmente, da dissociação da intensão e da extensão. Frege disse: se *a estrela da noite* e *a estrela da manhã* têm a mesma extensão, elas não têm, por conta disso, o mesmo *Sinn*.

Manteremos firmemente, portanto, a existência de elementos descritivos no sentido dos dêiticos. O fato de que eles não têm nem o imediatismo nem a plenitude das unidades lexicais standard não oferece, de modo nenhum, um passaporte para a tese de seu “adescritivismo”. Eles não são, jamais, puramente “dêiticos”.

1.3.2.3 Os dêiticos: um sentido que varia com a situação de enunciação

Essa afirmação, de Jespersen, comumente retomada nos dicionários de linguística¹⁰⁰, é evidentemente indefensável. Se ela fosse correta, ou seja, se cada emprego de um dêitico significasse realmente a emergência de um novo sentido, então a própria noção de sentido dêitico se tornaria totalmente inútil, prejudicada pelo valor referencial. Por outro lado, ela se esvaziaria de toda consistência, e um dêitico seria visto, de início, como indefinidamente ambíguo.

A única maneira possível de conservar um pouco de pertinência nos dêiticos é a dissociação do sentido em duas partes no âmbito de suas semânticas formais: o sentido constante, estável, ligado ao tipo [*type*], e o sentido ligado à ocorrência [*token*]. Este último pode variar, nos dêiticos, com o *token* e, portanto, com a situação de enunciação. Uma semântica formal dos dêiticos exige, de fato, ao lado do sentido constante dos dêiticos – o que Kaplan (1977) chamaria seu *caráter* –, a introdução de uma intensão que corresponde ao *content* [*conteúdo*] de Kaplan. E é unicamente em tal âmbito

¹⁰⁰ Ver acima a definição de J. Donato do *Dictionnaire* de G. Mounin (1974). Cf também J. Dubois *et alii* (1972, p.184): “Os embreadores são uma classe de palavras cujo sentido varia com a situação; essas palavras, não tendo referência própria na língua, só recebem um referente quando são incluídas em uma mensagem”. Mas ver também H. Paul (1886, p.67), de quem Vuillaume (1980, p.46) relata a afirmação seguinte: “Os pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, [...] não têm significação constante independente das aplicações particulares. São necessários momentos individualizantes para lhes dar isso”.

vericondicional restrito que a tese da variabilidade semântica dos dêiticos pode ser evocada. Fora disso, ela é inoportuna.

Compreendemos, entretanto, qual é a particularidade semântico-referencial dos dêiticos que Jespersen quis realçar com essa tese: a da ausência de uma classe de referentes virtual atribuível aos dêiticos. Não tendo classe denotativa semelhante à que possuem as unidades lexicais e não tendo, assim, intensão fora da situação, eles só são referencialmente saturados no discurso. Ou seja, eles só recebem sentido por meio da situação de enunciação. Basta acrescentar que esses referentes variam com essa situação de enunciação para que se chegue à tese da mudança semântica com a situação de enunciação.

Já discutimos amplamente, acima, a validade do primeiro pilar dessa argumentação, que é a questão do conteúdo denotativo dos dêiticos. O exame da quarta falsa tese nos permitirá abalar o segundo pilar, da variabilidade sistemática do referente de acordo com a situação de enunciação.

1.3.2.4 Os dêiticos: um sentido estável, mas um referente que varia com a situação de enunciação

É possível rechaçar o que a tese da variabilidade semântica sistemática de Jespersen tem de excessivo e conservar a pressuposição da mudança de referente de acordo com a situação de enunciação. Sob tal ótica, o sentido de um dêitico permanece o mesmo, sendo seu referente que “muda a cada instância enunciativa” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p.44). “O que varia com a situação”, diz ela, “é o referente de uma unidade dêitica e não seu sentido, que permanece constante de um emprego a outro” (Ibid., p.36).

A afirmação é excessiva, igualmente, mesmo se compreendemos por que ela é frequentemente dita: ela é destinada, antes de tudo, a dar conta do fenômeno notável (e espetacular), que é a possibilidade de uma mudança radical de referente de uma ocorrência de um tipo de dêitico a uma outra de suas ocorrências, num discurso como o de 10).

10) (A diz) – *Eu vou sair em férias.*

(B diz) – *Já eu vou ficar aqui.*

Mas podemos dizer que essa variação referencial sucede a cada ocorrência? É claro que não. E isso se torna evidente numa sequência como 11):

11) *Eu cheguei cansado. Já era muito tarde. Como nenhum hotel estava aberto, eu não sabia aonde ir.*

As duas instâncias enunciativas de *eu* remetem todas ao mesmo referente. Talvez se responda que a situação de enunciação permanece a mesma. Aceitemos essa objeção, ainda que

discutível. Mas o que devemos pensar, então, dos *eu* que pronunciei ontem, e dos que pronunciei hoje? Será que eles faziam referência a referentes diferentes?

1.3.2.5 Os dêiticos: um sentido que se refere obrigatoriamente à situação de enunciação

O descarte dessas quatro falsas teses, todas destinadas, vamos perceber, a retirar a originalidade semântico-referencial dos dêiticos, ressalta, por contraste, uma constante semântica fundamental. Sua característica semântica definidora é implicar uma referência necessária ao contexto de enunciação. Seu sentido obriga a levar em consideração o *hic et nunc* de sua enunciação.

Ainda que muito frequentemente encoberto por uma teia de afirmações paralelas incorretas, esse denominador comum, fundador da classe dos dêiticos, encontra-se em quase todas as apresentações. A esse respeito, lembramo-nos das palavras muito claras de Jakobson, relatadas na definição dos embreadores de J. Donato, dada anteriormente:

O caráter particular dos embreadores não reside em uma pretendida ausência de significação única e constante, mas no fato de que eles voltam obrigatoriamente à mensagem. (1974, p.121)

E acrescentamos as citações de O. Ducrot e de T. Todorov (1972, p.323): “Seu sentido (o método a empregar para encontrar seu referente), ainda que dependa da língua, só pode se definir em alusão ao seu emprego” e a de C. Kerbrat-Orecchioni:

Propomos para os dêiticos a seguinte definição: são unidades linguísticas cujo funcionamento semântico-referencial [seleção da codificação, interpretação da decodificação] implica levar em consideração certos elementos constitutivos da situação de comunicação:

- o papel que os actantes do enunciado têm no processo de enunciação;
- a situação espaço-temporal do locutor, e eventualmente do alocutário. (1980, p.36)

As variações, percebemos, ocorrem essencialmente sobre o nome do lugar da referência obrigatória: situação de enunciação ou de comunicação, emprego, mensagem, elementos constitutivos da situação de comunicação etc. Precisaremos este ponto depois.

A vantagem de tal concepção definidora é dupla. Em primeiro lugar, ela chega a conciliar a exigência de um sentido estável, idêntico através das diferentes ocorrências, com a de uma identificação referencial sempre dependente da situação de enunciação. Ou seja, ela dá conta, de modo satisfatório, do sentido fixo dos dêiticos e da possibilidade [e unicamente da possibilidade] de uma variação referencial segundo a situação de enunciação. Ela permite, em segundo lugar, eliminar

todas as expressões linguísticas recrutadas pela via onomasiológica da “dêixis” que são indesejáveis. A referência à situação de enunciação [à dêixis] não é suficiente para obter a etiqueta de expressão dêitica. É preciso ainda que essa referência seja necessária. Uma descrição definida como a de 9) será *ipso facto* eliminada: ela não é realmente dêitica, na medida em que seu sentido não obriga a considerar o *hic et nunc* da situação de comunicação.

9) *O trem está chegando.*

1.4 Das abordagens A às abordagens B

Com essa definição, que acreditamos ser fundamentalmente correta e que, no grau de generalidade em que se coloca, pode ser retida como um denominador comum linguístico pertinente, nós estamos ainda no domínio das abordagens A. Mas, com um pé somente, para não dizer meio pé. O que subsiste, das abordagens A, é a ideia de que essas expressões têm alguma coisa a fazer com a situação de enunciação. Como estamos ainda presos pela filosofia das abordagens A, este “alguma coisa a fazer” pode ser interpretado, em versão forte, deste modo: uma expressão dêitica é uma expressão cujo sentido implica necessariamente que o referente esteja presente na situação de enunciação.

Essa versão forte, que continua a impor a localização do referente na situação de enunciação, e que salva assim o espírito das concepções A, revela-se forte demais. É certo que ela convém a um grande número de dêíticos, transparentes sobretudo, mas ela não evita o obstáculo das referências anafóricas, cujo modo de presença indireta nós lembramos anteriormente, bem como o das referências gestuais indiretas, em que o locutor se refere a um objeto não presente na situação de enunciação com a ajuda de um outro objeto, que está presente. O enunciado 11) [exemplo de NUNBERG, 1978], com o demonstrativo *isso* utilizado gestualmente para designar um jornal, permite fazer referência tanto ao exemplar designado pelo gesto quanto à empresa que publica o jornal.

11) *Pedro comprou isso.*

No segundo caso, o dêítico *isso* é empregado em *ostensão diferenciada* (QUINE, 1971) para se referir a um objeto não presente diretamente na situação de enunciação¹⁰¹.

Juntam-se, a esse, outros exemplos de referente ausente da situação de enunciação, porém mais difíceis de tratar, porque não apresentam nem uma menção real anterior [caso da anáfora clássica], nem uma ostensão de um objeto intermediário que autorizaria a classificá-los como

¹⁰¹ Ver também outros exemplos de S. Isard (1975), em que o guarda do zoológico diz a uma criança que mostra a jaula vazia de um leão: *Atenção, ele pode te morder!*

demonstração indireta. Um familiar poderá, assim, dirigir-se a um homem cuja mulher acaba de partir, levando as crianças, os móveis, o carro etc., dizendo-lhe 12) sem que eles tenham falado antes da mulher em questão e, evidentemente, fora de sua presença na situação de enunciação:

12) *Essa mulher / Ela vai te levar tudo!*

Trata-se, em último caso, de anáfora (LYONS, 1980, p.294) ou de um exemplo de dêixis [uma *exófora memorial*, como o chamam T. Fraser e A. Joly]¹⁰²? Pouco importa, no fundo, em que compartimento exato alojá-los¹⁰³. O constrangimento que provoca sua classificação mostra ao menos uma coisa: que não devemos abordá-los pelo critério da localização referencial. Em outras palavras, é necessário abandonar a versão forte por uma definição cuja exigência de presença [não importa que interpretação lhe damos, exatamente] desapareceu.

Essa versão fraca estipulará que os dêiticos são expressões cujo sentido implica obrigatoriamente uma referência à situação de enunciação para encontrar o referente procurado.

Esse referente não precisa mais estar realmente na situação de enunciação. A única restrição pesa sobre sua identificação, que passa, necessariamente, pela situação de enunciação. As dificuldades citadas acima são, por isso, superadas, tendo em vista que tal definição recobre tão bem os empregos em que o referente está efetivamente presente na situação de enunciação quanto os usos em que ele está, digamos, em outro lugar.

Mas, vemos também que a atenuação trazida à versão forte nos afasta ainda mais das concepções A. A prioridade é dada, desta vez, claramente, às abordagens que valorizam não o lugar de residência e o objeto de referência, mas o modo de remissão referencial. A única ligação com as análises A é que esse modo de dação do referente coloca a situação de enunciação no centro do processo referencial de identificação.

Poderíamos nos contentar – e efetivamente podemos fazê-lo, é preciso ressaltar – com certo nível de generalidade, de certo denominador comum, mas é natural que busquemos chegar a uma resposta à questão central que tal critério unificador deixa em suspenso: de que maneira eles fazem referência? Ou, mais precisamente, como se dá que eles possam designar *via* situação de enunciação? As respostas a essa questão permitem ao mesmo tempo esclarecer um ponto que ficou impreciso até o momento: o que é necessário entender exatamente por situação de enunciação.

2 As abordagens B: sob o ângulo do funcionamento referencial

¹⁰² Mas T. Fraser e A. Joly sublinham bem que a *exófora memorial* é, de alguma maneira, anafórica.

2.1 Redutibilidade a *Eu*: a tese do egocentrismo

Uma primeira resposta postula que a referência à situação de enunciação é de fato uma remissão ao locutor da expressão dêitica. A identificação do referente dessa expressão se estabelece em relação ao locutor, concebido como centro da dêixis. Os dêiticos seriam assim egocêntricos [daí a denominação *particulares egocêntricos*, forjada por B. Russel], quer dizer, expressões cuja denotação é relativa ao locutor. O sentido de *eu*, como argumenta H. Parret (1980), constitui o paradigma do sentido de outras expressões dêiticas. Não somente a localização pessoal [*tu, nós, vós* etc.] seria calculada a partir de *eu*, mas também as localizações espacial [*aqui*] e temporal [*agora*] gravitariam em torno desse pivô [ver, p.e., o arranjo elaborado por T. Fraser e A. Joly, 1979, p.111 et seq.].

Essa redução derradeira dos dêiticos a *eu* é sedutora em diversos aspectos. No plano filosófico-psicológico, e mesmo psicanalítico: tudo parte do eu [ou do sujeito / Sujeito?]; num plano mais imediatamente linguístico, com a homogeneização do processo de identificação referencial dos dêiticos; em um nível menos geral, enfim, ela abre perspectivas explicativas novas onde as clássicas teses de localização tropeçavam. Tomemos por exemplo o par de demonstrativos *cist* e *cil* do antigo francês. A análise clássica em termos de proximidade [*cist*] / distanciamento [*cil*] é frequentemente criticada por empregos em que a noção de distância não se aplica. A religação ao locutor fornece a G. Moignet (1973) uma explicação mais poderosa¹⁰⁴ em termos de esfera do locutor [*cist*] / esfera exterior à interlocução [*cil*], que permite ir mais longe que a tese anterior da distância¹⁰⁵.

Esses atrativos – não negligenciáveis, devemos reconhecer – não compensam, entretanto, a falha maior dessas opções redutoras. Elas são artificiais ao implicar um funcionamento referencial que não corresponde, de modo algum, ao dos dêiticos. De fato, é contraintuitivo fazer passar a identificação do referente de *aqui, agora, esse cachorro* etc., pela identificação prévia do locutor. Ou seja: o sentido de *aqui, agora, esse cachorro* etc. não comporta *eu*, como postula a tese da redução. A referência que esse sentido faz, necessariamente, à situação de enunciação não é a de um retorno ao locutor: “*aqui*, ressalta J.C. Pariente (1973, p.88, apud VUILLAUME, 1980, p.51), não é o lugar onde EU falo, mas o lugar onde eu FALO. É sem ambiguidade o local em que um locutor qualquer,

¹⁰³ Na teoria dos modelos, uma coordenada de *objetos proeminentes* (LEWIS, 1972) une-se aos *pontos de referência* (DAHL, 1975) espaço-temporais clássicos para ajustar esses casos de saliência referencial.

¹⁰⁴ Que nós chamamos *tese etimológica* (KLEIBER, a publicar), porque ela nos lembra o sistema latino de demonstração “pessoal”, em que *hic* era ligado à primeira pessoa, *iste* à segunda e *ille* à terceira.

¹⁰⁵ Encontraremos em T. Fraser e A. Joly (1979 e 1980) uma explicação similar para a dupla *this/that* do inglês. Para uma crítica dessa tentativa, ver L. Danon-Boileau (1984)

tu ou eu, pronuncia esses fonemas...” Verificaremos isso no exemplo 13), retirado de uma placa de restaurante:

13) *Aqui vendemos a crédito.*

É realmente evidente que a identificação do lugar visado por *aqui* não pressupõe, de nenhuma maneira, uma relação anterior com um *eu*. Isso não significa, evidentemente, que não tenha havido *eu* na origem da inscrição, mas unicamente que o referente espacial fixado por *aqui* não depende, de modo nenhum, de um conhecimento anterior – bastante hipotético, aliás, nesse caso – desse *eu*. A remissão de *aqui* não é egocêntrica, mas reflexiva.

Uma segunda prova nos é dada pelo tratamento dos dêiticos opacos. Se os dêiticos transparentes diferentes de *eu*, como *tu* e *aqui*, prestam-se bem, aparentemente – e aparentemente, apenas – a uma análise egocêntrica, na medida em que aquele que fala, o *eu*, fala sempre a outrem, o *tu*, em algum lugar [*aqui*] e a um dado momento [*agora*], os dêiticos opacos, que são suscetíveis a um funcionamento ambíguo [referência anafórica / referência situacional], dificilmente sustentam uma conjectura identificadora a partir de um centro dêítico que seria formado por *eu*. A esse respeito, é significativo constatar que é mais delicado imaginar paráfrases com *eu* para *esse cachorro*, p.e., que para *aqui* e *agora*:

14) a) *agora = o momento em que eu falo*

b) *aqui = o lugar de onde eu falo*

15) *esse cachorro = o cachorro de que eu falo*

As equações 14) fornecem a chave para a identificação do referente, enquanto a 15) não está apta a dissipar a opacidade referencial¹⁰⁶. Não é surpreendente, desse modo, que as análises de demonstrativos em termos de locutor/não locutor, finalmente, fracassem¹⁰⁷.

Não é surpreendente, tampouco, que as teses egocêntricas tenham sido abandonadas para dar lugar a outro pivô identificatório, a mensagem, ou, para ser mais preciso, a própria ocorrência da expressão dêítica.

2.2 Os *token-reflexivos*

Uma reviravolta de suma importância no tratamento e na compreensão dos dêiticos ocorreu com a colocação em primeiro plano, no processo semântico-referencial, do acontecimento espaço-temporal singular, único, que constitui a ocorrência [ou *token*, em oposição a *type*] de uma expressão

¹⁰⁶ Longe de nós considerar as equações 14) como equações semânticas. Os símbolos indexicais não são redutíveis a uma sequência *Artigo definido + elemento dêítico* [ver Kleiber, 1983b].

¹⁰⁷ Ver nossa crítica da tese etimológica (KLEIBER, a publicar).

dêitica. A referência à situação de enunciação se define como uma remissão obrigatória à aparição da própria unidade dêitica. Devemos essa mudança capital, no século XX¹⁰⁸, a um lógico, H. Reichenbach, que, antes de É. Benveniste e sua tese da autorreferencialidade, percebeu que a especificidade primeira das expressões dêiticas, ou *token-reflexivas*, como ele as nomeou, situava-se em um retorno obrigatório à sua própria ocorrência: “It is easily seen that all these words can be defined in terms of the phrase ‘this token’. The word ‘I’, for instance, means the same as ‘the time at which this token is uttered’...” (REICHENBACH, 1947, p.284).

Acreditamos que se trata de um passo decisivo dado na compreensão da originalidade semântico-referencial dos dêíticos. O caráter vago da noção de situação de enunciação ou de situação de comunicação, propícia à perversão classificatória onomasiológica, deu lugar a algo preciso: a instauração da ocorrência, um fato espaço-temporal delimitado. Obtemos, com isso, uma definição bem melhor dos dêíticos, expressões que se referem necessariamente a seu próprio surgimento [ou enunciação, ou *token*, ou ocorrência].

Esse passo decisivo, todavia, não ocorre sempre de modo claro. E também devemos, aqui, denunciar muitas confusões causadas por um entusiasmo semioestilístico característico da literatura sobre os dêíticos. Esses malentendidos nascem no sentido que deve conciliar referência e ocorrência e também na exploração semântica operada sobre essa remissão.

2.2.1 *Token-reflexivo* = autorreferencial

Uma versão forte assimila a remissão à ocorrência de uma expressão dêitica como sendo uma referência a essa ocorrência. Os dêíticos seriam, assim, expressões autorreferenciais¹⁰⁹. Ou seja, expressões que se referem a si mesmas, que denotam sua própria instância de discurso: “A que, então, *Eu* se refere?”, nos interpela É. Benveniste (1966, p.261). “A alguma coisa muito singular, que é exclusivamente linguística: *eu* se refere ao ato de discurso individual em que ele é pronunciado e designa o locutor” (Ibid., p.261). O mesmo ideário autorreferencial se faz ouvir:

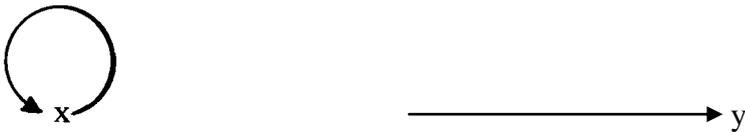
- em C. Blanche-Benveniste e A. Chervel (1966, p.10) a respeito do “que faz referência à instância do discurso”;
- em Vuillaume (1980, p.76), em seu comentário sobre *Ich*: “sua significação abarca uma referência a um marco singular constituído por sua aparição”;

¹⁰⁸ A descoberta, ao lado dos gramáticos, data do século XVIII. Beauzée é o primeiro a ter ressaltado, junto com o conceito de ato de fala, a solidariedade entre os pronomes e sua aparição [ver, a esse sujeito, a excelente apresentação de M. Vuillaume, 1980].

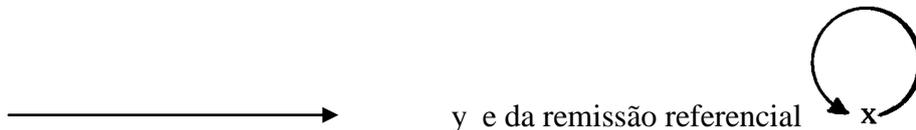
¹⁰⁹ “O tempo linguístico é autorreferencial” (BENVENISTE, 1966, p.263).

- em uma definição “forte” dos *token-reflexivos*, por F. Récanati (1979a, p.9): “uma expressão *token-reflexiva* é uma expressão-type cujo sentido convencional encobre uma referência à ocorrência que a incorpora”.

Poderíamos pensar, inicialmente, que esta versão forte da *token-reflexividade* atribui aos dêiticos uma função de autorreferenciação exclusiva, o que seria, evidentemente, abusivo, mas, de fato, o referente distinto da ocorrência não é jamais esquecido na história autorreferencial. O final da citação de É. Benveniste, logo acima, mostra isso muito bem: mesmo se ele se refere à sua própria ocorrência, *Eu* designa, apesar de tudo, o locutor [quer dizer, qualquer outra coisa diferente do *token* de *eu*]. Essa concepção se inscreve em uma interpretação semiótica, defendida em toda a obra de F. Récanati (1979b) sobre *A transparência e a enunciação*, que confere ao signo linguístico uma dupla vocação referencial: uma missão designadora de um elemento exterior ao signo [só há signo se há signo de alguma coisa] e uma missão de referência ao signo ele mesmo. A primeira função é representada no esquema abaixo, de F. Récanati (1979b), pela flecha horizontal que leva do signo *x* ao objeto representado *y*, a segunda pela flecha reflexiva:



Já tivemos a oportunidade de mostrar, a respeito da questão autonímica de “*Senhor Augusto*” *veio* (KLEIBER, 1984b), que a colocação, no mesmo plano, da função referencial



era imprópria, que o termo de referência não tinha o mesmo sentido, levando-se em conta de que se tratava da designação de um objeto outro que o signo ele mesmo ou da simples presença [ou *exibição*] do signo ele mesmo [“que não se apaga completamente diante do objeto que ele determina”, F. Récanati, 1979b, p.41]. Essa crítica se aplica, igualmente, à versão forte da *token-reflexividade*. A menos que se esvazie totalmente de sentido a noção de *referir-se* e de *referência*, uma dupla referência simultânea dos dêiticos não pode ser mantida. Não podemos afirmar que eles se referem ao mesmo tempo à sua própria ocorrência e a um referente “exterior”. Como para as outras expressões “referenciais”, só há um sentido pertinente que fala de referência para as expressões dêiticas: elas se referem a uma entidade, e não à sua ocorrência. Pensamos que se trata mais de um

mau uso da linguagem que de autorreferencialidade¹¹⁰. Utilizando *eu*, um locutor acredita designar-se a si mesmo [no sentido de indicar que se trata dele próprio] e não tem, certamente, a intenção de se referir à sua enunciação como *eu*.

Finalmente, para encontrar o referente em questão o interlocutor passa pelo desvio dessa ocorrência de *eu*. Mas isso é bem diferente de dizer que *eu* abarca uma referência a *eu*. As versões arreferenciais da *token-reflexividade* se contentam em salientar que um dêitico exige levar em consideração sua própria ocorrência para encontrar o referente pretendido.

2.2.2 As versões arreferenciais da *token-reflexividade*

Elas não estão, entretanto, elas mesmas, a salvo do equívoco, já que há duas maneiras possíveis de explorar essa remissão a sua ocorrência.

2.2.2.1 As versões “fresselianas”

Uma primeira opção toma a expressão de seu retorno ocorrencial como uma paráfrase sinonímica. Os dêiticos se reduzem, então, a Frege, em uma descrição definida contendo ou sua própria ocorrência ou um elemento dêitico coringa do tipo *essa ocorrência*.

No primeiro caso, o *definiendum* reaparece de alguma maneira no *definiens*. *Eu*, sob essa ótica, é definido como ‘a pessoa que diz *eu*’, *tu* como ‘a pessoa para a qual se diz *tu*’, *agora* como ‘o momento em que é pronunciado *agora*’, *aqui* como ‘o lugar onde é pronunciado *aqui*’ etc.

No segundo, o *definiens* comporta não o dêitico a definir, mas, por todos os dêiticos, a expressão *essa ocorrência* (cf. o *this token* da definição de H. Reichenbach, logo acima)¹¹¹. *Eu* é então definido como ‘a pessoa que pronuncia essa ocorrência’, *tu* como ‘a pessoa à qual é dirigida essa ocorrência’, *agora* como ‘o momento em que é pronunciada essa ocorrência’, *aqui* como ‘o lugar em que é pronunciada essa ocorrência’ etc.

Essas duas modalidades reducionistas levam a uma nova caracterização dos dêiticos:

- São dêíticas as expressões em cuja definição semântica intervém, necessariamente, a menção de sua própria ocorrência ou a da variável *essa ocorrência*.

¹¹⁰ Outras formulações não nos parecem mais claras, como, por exemplo: “cada ocorrência de *eu* reflete o fato de sua própria enunciação” (RÉCANATI, 1979, p.9).

¹¹¹ Notaremos que em H. Reichenbach *this token* responde, de fato, à ocorrência constituída pela frase em que está o dêitico. Compreenderemos, entretanto, nem que seja por causa da impossibilidade de ter muitos dêiticos idênticos em uma mesma frase, que é melhor optar pela ocorrência da própria expressão dêitica [cf. o exemplo de D. Laurier, 1983, p.173: *Agora eu levanto o braço e agora eu o abaixo*].

O ponto importante é a equivalência semântica [a sinonímia] que implica tal definição: eu = a pessoa que diz *eu* / essa ocorrência etc. A questão é saber se essa redução – operada na linha frege-russeliana ou “fresseliana”, como diz de modo espirituoso S. Schiffer (1981) – de um tratamento descritivista dos indexicais é justificada ou não.

Quatro argumentos militam a favor de uma resposta negativa. Em primeiro lugar, observaremos que essa solução reducionista só resolve aparentemente o problema da definição dos dêiticos, já que, nas duas variantes, a deicidade não se encontra totalmente retirada. Ela subsiste abertamente com a expressão dêitica *essa ocorrência* [o *this token* de H. Reichenbach] no *definiens* da versão unitária, mas ela está presente, também, ainda que de modo menos visível, na versão que faz reaparecer cada dêitico no *definiens*. O status do segundo *eu* da definição abaixo é, de fato, o de uma ocorrência de *eu*:

- *eu* = a pessoa que pronuncia *eu*

Se fosse de outra maneira, o *definiens* seria totalmente descritivo e não estaríamos em presença de uma definição de dêiticos, mas possivelmente de uma espécie de nome próprio. Poderíamos conceber chamar uma pessoa de *Eu*, porque ela diz sempre *eu*. Nesse caso, *eu* seria a pessoa que diz *eu* [cf. as formações menos inabituais como o apelido *Ben oui*, *Ben non*¹¹² atribuído à pessoa que tem como hábito responder dessa maneira]. Com o pronome dêitico *eu*, por outro lado, o segundo *eu* da equação reducionista, como indicador do status de ocorrência, deve ser interpretado deiticamente como correspondente a *esse “eu”*. Em outras palavras, nessa versão reducionista encontramos finalmente também o demonstrativo da versão unitária de H. Reichenbach e todos os problemas de definição que ele levanta:

- *eu* = a pessoa que diz essa ocorrência de *eu*

Nossa segunda crítica deriva diretamente da primeira. A persistência “incontornável” de um elemento em si mesmo dêitico [sob a forma não saturada *essa ocorrência* ou sob a forma saturada (essa ocorrência de) *eu, tu, aqui* etc.] na definição semântica faz com que as opções reducionistas fresselianas resultem em um sentido dêitico que varia sistematicamente em cada ocorrência, o que é um resultado inadmissível, como vimos anteriormente.

¹¹² NDLT: Expressão idiomática usada no registro informal, semelhante à clássica “*p’têt ben qu’oui, p’têt ben qu’non*” [*la réponse normande*] possivelmente associada ao dialeto e à cultura da Normandia [*le Normandisme*], região situada no norte da França. O termo expressa dúvida ou ambiguidade, podendo ser traduzido, em português, pelo não usual “*pode ser que sim, pode ser que não*”.

Em terceiro lugar, a tese da redução descritivista hesita, como as teses egocentristas, no obstáculo dos dêiticos opacos. Ela é [aparentemente]¹¹³ satisfatória para os símbolos indexicais transparentes, pois leva à identificação do referente pretendido. A definição de *eu* como sendo ‘a pessoa que diz *eu*’ leva, efetivamente, ao locutor; a definição de *tu* como ‘a pessoa para a qual dizemos *tu*’ leva ao alocutário; a de *agora* como ‘o momento em que pronunciamos *agora*’ ao momento da enunciação etc. Aplicada aos dêiticos opacos, ela dá resultados claramente menos convincentes. A identificação não é mais feita somente pela definição. São necessárias instruções complementares, além das etapas interpretativas. Retomemos o exemplo de *esse cachorro*. A versão reducionista em termos de token-reflexividade estrita dará a definição 15), que conservaremos com as definições dadas para os símbolos indexicais transparentes:

15) *Esse cachorro* = o cachorro para o qual é pronunciada essa ocorrência /*esse cachorro*

Os comentários são supérfluos. Para dar um selo identificatório mais eficaz a 15), é necessário lhe adicionar um suplemento localizante, como por exemplo “para o qual apontamos com um gesto” ou “do qual acabamos de falar”. A expressão *this table*, de H. Reichenbach (1947, p.284), significa, assim, “the table pointed to by a gesture accompanying this token”¹¹⁴. Mas, percebemos que esse acréscimo faz surgir novamente o problema da polissemia ou homonímia desse tipo de expressão, o que, acreditamos, constitui finalmente uma regressão.

Último argumento, enfim, e argumento primordial: é vão tentar reduzir os dêiticos, simplesmente porque sua especificidade reside precisamente em sua irredutibilidade. Nós nos posicionaremos, em relação a isso e unicamente aos símbolos indexicais, ao lado dos “Fido” fidoístas, ou seja, partidários de uma referência direta [cf. “Fido” faz remissão a Fido], sustentando que os dêiticos são, por natureza, “inocorrupíveis”.

Todas as objeções formuladas pelos detratores de um tratamento descritivista do sentido indexical não têm a mesma pertinência, como tentamos provar anteriormente (KLEIBER, 1983b) em relação a certos argumentos de D. Kaplan (1977). As críticas feitas valem, por outro lado, por todas as opiniões descritivistas [*token-reflexivas* ou não]¹¹⁵. Nós nos contentaremos, em consequência, a assinalar as principais objeções que podemos formular de encontro a uma análise fresseliana da *token-reflexividade*.

¹¹³ Ela não é satisfatória, por exemplo, para *tu*. Poderíamos, de fato, mostrar que *tu* não é sempre a pessoa para quem dizemos *tu*.

¹¹⁴ Para uma crítica desse tratamento fregeliano dos demonstrativos, ver G. Kleiber (1983b).

¹¹⁵ Ver D. Kaplan (1977), H.N. Castañeda (1967 e 1981), R.C. Stalnaker (1981) e G. Kleiber (1983b). Encontraremos em S. Schiffer (1981) uma crítica do princípio de expressabilidade aplicado aos indexicais.

Se *eu* significa realmente [quer dizer, é sinônimo de] *a pessoa que enuncia essa ocorrência*, segue-se, argumenta D. Kaplan [1977, p.43-44]¹¹⁶, a verdade de 16), mas igualmente a de 17) – conclusão indesejável que acarreta o seguinte comentário de Kaplan: “Beliefs such 17) could make one a compulsive talker”.

16) *Eu sou a pessoa que enuncia essa ocorrência.*

17) *Se não houvesse ninguém para enunciar essa ocorrência, eu não existiria.*

A tese da redução se encontra igualmente atacada por enunciados como 18) e 19)¹¹⁷:

18) *Eu sou o homem que pronuncia esta ocorrência.*

19) *Eu não sou o homem que pronuncia esta ocorrência.*

Vamos analisar o exemplo 18). Se a hipótese reducionista estivesse correta, ou seja, se *eu* fosse realmente equivalente à descrição definida dêitica *A pessoa que pronuncia esta ocorrência*, o enunciado 18) deveria ser um enunciado analítico, logo, verdadeiro não importa qual seja o mundo possível. A comparação com 20) prova, entretanto, que não é bem assim.

20) *O homem que pronuncia esta ocorrência é o homem que pronuncia esta ocorrência.*

O exemplo 20) é necessariamente verdadeiro, mas 18) só é verdadeiro de modo contingente: eu não sou necessariamente o homem que pronuncia esta ocorrência, já que, em um mundo diferente, um outro homem poderia ter pronunciado esta ocorrência sem que por isso eu deixasse de ser... eu. Do mesmo modo, o enunciado 19), na hipótese de que a descrição definida é uma expressão sinônima do dêitico *eu*, deveria ser necessariamente falso, como o é o enunciado contraditório 21):

21) ⁺ *O homem que pronuncia esta ocorrência não é o homem que pronuncia esta ocorrência.*

Ora, aí também, sua falsidade, comparada à de 21), é contingente. Resistiremos talvez diante do rebuscamento vericondicional manifestado nesse raciocínio. Nós nos desculpamos de bom grado. Basta-nos que estejamos de acordo acerca de um ponto: o da diferença que estabelecemos intuitivamente entre os exemplos 18) e 20) de um lado e 19) e 21) de outro. O resto, nós deixamos aos filósofos-lógicos.

O essencial é, certamente, acentuar a ausência de um modo de apresentação intermediário único do referente, quando se trata de dêiticos. As teorias reducionistas, *token-reflexivas* ou não, sustentam que cada dêitico significa necessariamente uma descrição definida de um certo tipo (cf. *eu*

¹¹⁶ A argumentação de Kaplan não está isenta de críticas. A passagem de 16) para 17) supõe modificações que Kaplan não leva em conta.

= ‘a pessoa que diz esta ocorrência’; *este cachorro* = ‘o cachorro que eu estou mostrando’). A tese antidescritiva afirma que tal etapa descritiva é despropositada. Dizendo o que está no exemplo 21), minha intenção primeira não é de significar que ‘a pessoa que pronuncia esta ocorrência de *eu*’ é louca, mas simplesmente indicar que EU o sou:

21) *Eu sou louco.*

O fato crucial é que um dêitico não pode ser concebido, tal uma descrição definida, como uma propriedade que o referente possui sozinho. Poderíamos falar, com S. Mill, de uma certa forma de expressão *não conotativa* ou, com D. Kaplan, de referência *direta*¹¹⁸. O importante, para nosso objetivo, é insistir no fato de que os dêiticos não veiculam as propriedades inerentes aos artigos definidos; em outros termos, e contrariamente a determinada tradição, não há artigo definido escondido nos dêiticos.

2.2.2.2 A opção não reducionista da *token-reflexividade*

Isso não significa, evidentemente, que se deve rejeitar a própria tese da *token-reflexividade*, mas unicamente que é necessário renunciar a explorá-la numa versão fresseliana de redução. O erro cometido pelos descritivistas é ter confundido instruções semânticas e expressão sinonímica (KAPLAN, 1977, p.42). Não é porque o sentido convencional dos dêiticos implica um retorno obrigatório à sua ocorrência, para encontrar o referente, que temos o direito de concluir que sua fonte semântica é a expressão que traduz essa referência ocorrencial, e que, portanto, *eu* é equivalente a ‘a pessoa que diz *eu*’ etc. Tal redução tem por consequência indesejável submeter os dêiticos à subsunção do artigo definido.

É preferível, nessas condições, adotar a opção não reducionista da *token-reflexividade*, que estabelece simplesmente que o sentido de uma expressão dêitica [de um *token-reflexivo*] é tal que a identificação do referente passa necessariamente por levar em consideração a ocorrência [ou *token*] do dêitico¹¹⁹.

A virtude definidora desse traço semântico-referencial nos parece essencial e pode certamente constituir um fio condutor designador ao qual ligar as expressões dêiticas. Diremos, a respeito da

¹¹⁷ Nós nos inspiramos aqui no raciocínio de D. Kaplan (1997) a respeito de *ele* e no de H.N. Castañeda (1967) sobre *eu*.

¹¹⁸ Ou ainda de designador *rígido* com S. Kripke (1972). É claro, entretanto, que essas expressões não são equivalentes. Sua pertinência e seu escopo variam segundo as definições e testes de identificação utilizados. Para a rigidez, ver F. Récanati (1983), R. Martin (1983), P.Jacob (1979 e 1980) e G. Kleiber (1985).

¹¹⁹ D. Kaplan (1977) utiliza a expressão de caráter “*contexto-sensitivo*”.

definição terminal das abordagens *A*, que poderíamos nos contentar com esse denominador comum – que tem a vantagem de ser muito mais preciso quanto ao lugar de referência exato – mas acrescentaremos também que ele permanece incompleto. As instruções fornecidas por essa regra semântica da *token-reflexividade* não são suficientes, efetivamente, para implicar a fixação referencial. Mais precisamente, elas não se pronunciam sobre a relação entre a ocorrência do dêitico, que deve ser levada em consideração, e o referente que é necessário encontrar. Enfim, elas permanecem mudas sobre a maneira de descobrir o referente a partir da própria ocorrência. De nada serve retornar à ocorrência de uma expressão dêitica se não sabemos depois como detectar o referente.

Aí ainda é fácil ver porque a tese da *token-reflexividade* é incompleta, nesse ponto. São os dêiticos transparente, mais uma vez, que fazem a mudança. Dada sua transparência, quer dizer, a univocidade do modelo referencial pretendido, a formulação de seu *sentido token-reflexivo* comporta, a cada vez, a relação-*type* entre a ocorrência e esse referente [cf. para *eu*, o referente é o que pronuncia *eu*; para *agora*, o referente é o momento da enunciação de *agora*; para *aqui*, o referente é o lugar de enunciação de *aqui*]. Observaremos, entretanto, que o traço comum entre essas diferentes relações não é explicitado. Não é abertamente dita qual é a identidade de conexão ocorrência-referente que atua nas relações *Eu-referente*, *aqui-referente* e *agora-referente*. Sua transparência abafa, definitivamente, uma definição mais geral da relação ocorrência-referente que é, entretanto, indispensável, uma vez que sabemos especificar o processo identificatório dos dêiticos opacos. Com *esse cachorro*, como havíamos sublinhado, não há, *a priori*, relação ocorrência-referente particular, suscetível de conduzir ao referente como o fazem *eu* e *aqui*. É por isso, aliás, que essa expressão faz parte dos dêiticos opacos. É grande a tentação de fazer, sob o modelo de *eu*, *aqui*, *agora* etc., um complemento relacional igualmente particular, ou seja, transparente, e de fazer corresponder a *esse cachorro*, por exemplo, uma relação de concomitância entre a ocorrência e uma ostensão dirigida sobre o referente [cf. a análise de *this table*, por H. Reichenbach].

Indo por esse caminho, corremos dois riscos: um, muitas vezes já mencionado, é o de pulverização polissêmica ou homonímica dessas unidades dêiticas segundo o número de tipos de relações transparentes que podemos antecipar [cf. ostensão, menção etc.]¹²⁰. O segundo acaba de ser falado, a respeito dos dêiticos transparentes: postulando relações ocorrência-referente muito específicas, deixamos crucialmente de ver qual é a relação ocorrência-referente geral que subsume as

¹²⁰ Ver G. Kleiber (1983a; 1983b) a esse respeito.

relações particulares, tanto as estabelecidas pelos dêiticos transparentes quanto as instauradas pelos opacos.

Com a busca dessa relação geral, a análise dos dêiticos perturba totalmente a problemática indexical, pois a relação subordinante destacada é assimilada à que religa um índice a seu referente. Subitamente, a terminologia muda também de cores. Falaremos de *índice* [cf. C. S. Peirce, 1931-1935 e sua trilogia semiótica *símbolo*, *índice* e *ícone*], de *expressão indexical* (BAR-HILLEL, 1954), de *indicadores* (CASTAÑEDA, 1967 e 1981), de *indexicais* (BENNETT, 1978) e, enfim, de *símbolo indexical* (BURKS, 1948-1949). Esta última denominação nos parece a mais adequada, porque marca, por sua binomialidade denominativa, a hibridez semântica dos dêiticos. O termo *símbolo* caracteriza a existência de um sentido convencional denotativo [ou “representante”], ausente nos *índice*¹²¹, e o adjetivo *indexical* marca a presença, como componente semântico, da indexicalidade. É essa última, de sentido indexical, que distinguirá os dêiticos das outras expressões “simbólicas”.

Mas qual é esse sentido indexical? Ou, para voltar ao motivo da passagem obrigatória da *token-reflexividade* à indexicalidade, qual é a relação entre a ocorrência dos dêiticos e o referente? Como chegamos ao referente passando pela ocorrência? Será esse o objeto da última parte deste artigo.

2.3 Os dêiticos como símbolos indexicais: um sentido indexical

Poderíamos esperar que do lado indexical os fatos fossem mais claros. Mas não é exatamente assim. O tratamento lógico e filosófico da referência e do pensamento ou crença indexical dá lugar a controvérsias passionais¹²², nas quais as preocupações linguísticas não são, sempre, as primeiras. Não é por menos que dessas discussões saiam duas principais concepções da relação ocorrência-referente: uma análise causal [percepcional, ou ainda experiencial] e uma análise em termos de relações espaço-temporais.

As duas são bem frequentemente apresentadas como equivalentes. C. S. Peirce qualifica assim a relação *existencial*, ou o que ele chama *conexão dinâmica*, entre a ocorrência de um dêitico e

¹²¹ Um erro frequentemente cometido é o de recusar todo sentido convencional aos índices. Fica provado que eles não são desprovidos desse sentido por meio do exemplo do dedo apontado ou da flecha: não iremos buscar o referente nas duas extremidades da flecha, nem na base do dedo. O que lhes falta, por outro lado, é um conteúdo predicativo ou descritivo sobre o tipo de referente visado.

¹²² A esse respeito, ver o vol. 49 de *Synthese* (1981): “Demonstrative and Indexical Reference”, com as contribuições de R. M. Adams, S. Schiffer, D. W. Smith, R. C. Stalnaker [n. 1] e de C. McGinn, C. Peacocke, K. Bach, L. R. Baker e H. N. Castañeda [n. 2].

seu referente, seja de relação *causal*, seja de relação *espacial*¹²³. F. Recanati (1979, p.9) escreve, também, que a ocorrência de um índice é “factualmente ou causalmente associada ao que ela representa”. Ora, os dois tipos de relação não exprimem de fato as mesmas coisas.

Mostraremos, no tópico seguinte, que a solução causal, mesmo em sua versão mais ampliada, só é definitivamente pertinente sob o ângulo de uma relação temporal de concomitância, ou seja, já numa acepção de relação espaço-temporal.

2.3.1 Relação causal

Uma teoria causal¹²⁴ da referência dêitica estipula que a relação existente entre a ocorrência de um dêitico e o referente baseia-se em fatos “genéticos” (McGINN, 1981, p.158)¹²⁵, “neurofisiológicos” (DEVITT, 1974, p.187). Mais precisamente, ela estabelece que a ligação referencial, que o fato de que uma ocorrência dêitica tenha este ou aquele referente, começa no próprio objeto, segundo a seguinte situação simplificada: o locutor percebe o objeto¹²⁶ [a experiência direta do objeto] e é essa percepção do objeto que desencadeia a aparição da ocorrência dêitica.

A resposta “causal” à nossa questão *Como chegamos ao referente passando pela ocorrência?* é, conseqüentemente, clara: é necessário ir à fonte, quer dizer, buscar o responsável pela ocorrência. “This associated rule of reference”, lembra C. McGinn (1981, p.158), “is just to find the object that plays the right kind of causal-genetic role in respect of the utterance...” Em outros termos, que colocam em primeiro plano o papel da percepção na teoria causal, o referente a ser identificado é o referente que o locutor percebe [com o qual ele tem a “experiência” direta] no momento em que ele pronuncia a ocorrência do dêitico.

Do modo como está, essa explicação causal tem, evidentemente, um alcance limitado, já que só pode se aplicar à referência feita às entidades “espaciais”. Entretanto, basta que a noção de percepção mental – numa perspectiva expandida de um pensamento *indexical* [ou ainda *demonstrativo*]¹²⁷, ou seja, um pensamento que implique representações perceptuais devedoras¹²⁸

¹²³ Na origem dessa assimilação se encontra, sem dúvida, como sugere C. McGinn (1981, p.182), a comparação com os índices não linguísticos, como o barômetro.

¹²⁴ A solução causal foi primeiro aplicada aos nomes próprios. Ver S. Kripke (1972), M. Devitt (1974; 1976), K. Donnellan (1974), G. Evans (1973), D. W. Stampe (1977) e G. Kleiber (1981).

¹²⁵ C. McGinn não é um partidário das abordagens causais. Ele defende, ao contrário, a tese espaço-temporal.

¹²⁶ Daí o termo de teoria *causal*: “To perceive something is to be causally affected by it” (DEVITT, 1974, p.185).

¹²⁷ Para uma solução em termos de pensamento demonstrativo, ver C. Peacocke (1981).

¹²⁸ NDLT: O autor usa o adjetivo “*redevable*” – que significa “*devedor*”, em português, para caracterizar o pensamento aplicado à explicação causal, que ele caracteriza, inicialmente, como limitada. O

de uma explicação causal – seja introduzida para que essas barreiras sejam retiradas. O sentido de uma percepção abstrata – que não existe sem problemas (McGINN, 1981; VUILLAUME, 1980) – pelo viés justificador de uma representação mental igualmente associada às percepções “reais” ou “concretas”, abre diante da solução causal todo o domínio referencial dos dêiticos: não somente a referência a objetos perceptíveis, no sentido de que eles são concretos e presentes no campo de percepção do locutor, como também a fixação dêitica de referentes abstratos ou de referentes concretos “fora da percepção imediata”.

Assim fortalecida, a explicação causal volta, definitivamente, a afirmar que o referente de um dêitico é o referente que o locutor tem em mente [ou “percebe”] no momento em que ele pronuncia a ocorrência desse dêitico. Moral causal expandida: para encontrar o referente de uma expressão dêitica, é necessário considerar a ocorrência desse dêitico e tentar encontrar o referente que está ligado a essa ocorrência de modo causal. É preciso apenas identificar o referente que o locutor “percebe” [no sentido de que ele pensa de modo indexical] no momento da ocorrência.

A primeira crítica que podemos fazer a essa solução causal expandida é a de ter um poder aparentemente excessivo. Ela é apropriada, de fato, a todos os casos de referência dêitica¹²⁹ desde que possamos pensar, razoavelmente, que o referente de cada ato indexical é, de fato, a entidade que o locutor tem em mente no momento em que pronuncia a ocorrência em questão. Mas ela parece ser também válida para atos de referência realizados sem expressão dêitica. O referente de algumas descrições definidas não é também a entidade percebida pelo locutor no momento em que ele emprega a descrição em questão? Quando um viajante, vendo seu trem entrar na estação, enuncia 9), a entidade referencial da descrição definida é a entidade que ele percebe no momento da enunciação da ocorrência *o trem*¹³⁰ :

9) *O trem está chegando.*

Por essa razão, aliás, alguns autores, numa veia onomasiológica similar àquela em vigor nas concepções A, incluem esse tipo de descrição definida nas expressões indexicais.

autor diz que esse pensamento derrubaria as barreiras que prendem essa explicação da referenciação dêitica às entidades espaciais. Ele chama esse pensamento de “*pensée de re*” [relativo a “*redevable*”] ou “pensamento que implica representações perceptuais devedoras de uma explicação causal”. Na tradução, optamos por não tentar interpretar o termo “*pensée de re*”, cunhado pelo autor. Escolhemos colocar, em seu lugar, o termo “*pensamento indexical*”, equivalente a “*pensée de re*”, segundo o próprio autor determina no tópico 2.3.1, na página 17 da publicação original.

¹²⁹ Mas parece, sobretudo, pertinente aos atos de referência demonstrativa!

¹³⁰ Observaremos, também, que uma percepção demonstrativa parece aqui fora de propósito [cf. *Esse trem está chegando*]. Para uma explicação desse “enigma”, ver G. Kleiber (1986).

A crítica pode ser, entretanto, em parte – e somente em parte – atenuada pela lembrança da exigência da *token-reflexividade*. O fato de que o referente de algumas descrições definidas seja efetivamente a entidade na qual o locutor pensa no momento da enunciação de sua ocorrência – o que K. Donnellan (1978) chama de *speaker reference* – não significa que sua identificação passe necessariamente por se considerar a ocorrência em si mesma. É válido sustentar, até certo ponto, que, mesmo nesse caso, o referente é acessível sem *token-reflexividade*, mas por meio de traços predicativos e quantificacionais da descrição. Ou seja: a referência permanece indireta, no sentido de que ela não depende do contexto de enunciação da ocorrência¹³¹.

2.3.2 Uma relação espaço-temporal

2.3.2.1 Da causalidade à espaço-temporalidade

Essa lembrança da *token-reflexividade* privilegia dois fatores da definição perceptual expandida dada acima:

- a passagem obrigatória pela ocorrência para a identificação do referente;
- a relação temporal de simultaneidade entre a enunciação da ocorrência e o estado psicológico perceptual do locutor. Colocada em primeiro plano, ela conduz, em definitivo, a abandonar a solução causal em benefício de uma abordagem contextual em termos de espaço e de tempo.

O primeiro ponto desloca a problemática referencial do locutor para o interlocutor. O problema das teorias causais é o de só apresentar a referência do lado do locutor: a principal função das ferramentas referenciais [índex, em particular] é exprimir a referência feita pelo locutor [aquilo em que pensa o locutor]. O caráter público da linguagem, seu aspecto de comunicação, é relegado a um segundo plano. Não é surpreendente, conseqüentemente, que a eficácia identificatória da concepção causal expandida exposta acima seja praticamente nula. O problema maior dos causalistas não é o de dizer como um interlocutor pode encontrar o referente buscado pelo locutor, mas unicamente o de explicar como a ocorrência *t* dessa ou daquela unidade linguística tem *X* como referente. Uma vez que essa relação é explicada [*t* tem *X* como referente porque há uma relação causal entre *t* e *X*], a tarefa dos causalistas está concluída. Resta a outros intervir, nessa hora, para dar conta do sucesso ou do fracasso do ato referencial: tal análise só pode ser feita se nos colocamos ao lado do interlocutor. Como ele encontra o referente pretendido?

¹³¹ D. Kaplan (1977) diria que ela depende das *circunstâncias de avaliação*.

O segundo fator, o da relação de simultaneidade, é decisivo na mudança de perspectiva. Sua aparição na definição causal expandida dos indexicais contribui para fazer dessa definição uma expressão já espaço-temporal da indexicalidade linguística. A regra perceptual *o referente de uma ocorrência de símbolo indexical é o referente que o locutor percebe* [pensamento indexical] *no momento em que ele pronuncia essa ocorrência* é ainda causal pela condição de “percepção” que ela implica, mas, ao mesmo tempo, já está contextualizada pela relação de simultaneidade que postula entre a ocorrência e a percepção do locutor.

Evidentemente, a questão que se coloca é a da utilidade de tal regra. Deve-se mantê-la ou não? Parece-nos que sim. Em um nível bastante geral, ela se justifica porque somente ela, tendo em vista sua ancoragem do lado do locutor e a relação causal direta que ela implica, dá conta do caráter irreduzível de toda descrição dos indexicais. Ela explica porque, dizendo *esse cachorro é careca*, por exemplo, um locutor não tem a intenção de querer dizer que ‘o cachorro que ele mostra’, ou ainda que ‘o cachorro que está aqui é careca’, mas simplesmente que o referente fixado pela ocorrência de *esse*, que é um cachorro, é careca.

Sua pertinência se verifica também, ainda que de maneira muito reduzida, no plano dos atos referenciais. A regra convém, de fato, a dois tipos de situações. Primeiro, ela se aplica às situações em que não há interlocutor [ausência real ou imaginária], como o monólogo, o discurso indireto livre, os “pensamentos do locutor” etc. O problema de identificação referencial não se coloca em nenhum desses casos, pois o locutor, sendo seu próprio interlocutor, não tem nenhuma dificuldade para compartilhar com esse “outro” ele mesmo discursivo o conhecimento do referente buscado. A indicação temporal de concomitância entre a ocorrência e o pensamento “demonstrativo” do referente é então plenamente suficiente. O referente de *ele*, na autoexclamação 22), encontra-se assim inteiramente definido por uma relação *token-reflexiva* de simultaneidade: é o referente no qual eu penso no momento da enunciação de *ele*. Os textualistas observarão que o recurso aos dêiticos como demonstrativos é precisamente uma das maneiras de sinalizar o pensamento “demonstrativo”, de indicar que são os pensamentos do locutor que se encontram relatados.

22) *Como ele é sovina!*

O segundo tipo de situação diz respeito aos usos como 12), que constituem os contraexemplos mais convincentes da tese da presença do referente na situação de comunicação. Lembremo-nos, então, de que podemos utilizar 12) ainda que o referente esteja fora da situação de enunciação, que não tenha havido menção anterior e que a referência se faça sem gestos a respeito de um objeto intermediário suscetível de conduzir a uma ostensão atrasada.

12) *Essa mulher / Ela vai te tomar tudo.*

Esse emprego é, entre outros¹³², possível quando o locutor pressupõe que seu interlocutor já tem em mente [está pensando em] o referente ao qual ele quer se referir. Nessa hipótese, ele pode utilizar um símbolo indexical como *ele* ou *essa mulher* sobre a base da relação de concomitância entre a ocorrência e a percepção do objeto, presumindo, o que é o caso de toda estratégia indexical, que o interlocutor reconhecerá que é esta relação que está gerando gastos. Nesse sentido, o exemplo de *Numa Roumestan*¹³³ é autoexplicativo:

23) *Quando sozinhos, sem encarar Lappara, ele perguntou de chofre:*

- *O senhor conhece há muito tempo essas mulheres?*

- *Que mulheres, Senhor ministro?*

- *Essas damas Bachellery, ora!*

Era o que ocupava por inteiro sua mente. Achava que, tal como ele, todos divagavam assim.

(DAUDET, *Numa Roumestan*, p.140)

2.3.2.2 Ambientes espaço-temporais da ocorrência

Esse último exemplo prova amplamente: a relação temporal de simultaneidade entre a enunciação da ocorrência e um pensamento referencial indexical é de aplicação limitada. Nós nos lembraremos de que ela é retirada do tratamento causal dos índices por uma mudança de perspectiva radical: do locutor para o interlocutor, da maneira de “pensar” o referente à maneira de “apresentá-lo”, de o fazer ser descoberto pelos outros. De causal a relação entre a ocorrência indexical e seu referente passa a ser espaço-temporal, sem que haja realmente ruptura. O interlocutor deve sempre, como recomenda a teoria causal, encontrar o referente que é a causa direta da ocorrência dêitica; em suma, o referente que “percebe” [ou que pensa indexicalmente] o locutor. O que é novo, com o deslocamento de ponto-de-vista, é a indicação que o interlocutor, para “perceber” igualmente o referente – o que é o objetivo de um ato de referência dêitica – deve levar em conta o contexto espaço-temporal da ocorrência [daí o nome de teoria *contextual* cunhado por McGinn, 1981, p.163]. A resposta à questão *Como chegar ao referente passando pela ocorrência?* é, desta vez, muito mais precisa e não tem mais nada de trivial: O referente de uma ocorrência dêitica é identificado por meio do ambiente espaço-temporal dessa ocorrência.

¹³² Esse uso não é o único. É possível também utilizar o interlocutor como pivô referencial intermediário, processo semelhante à relação espaço-temporal ocorrência-referente não imediata [ver no texto].

¹³³ NDLT: A tradução deste exemplo 23), extraído do romance *Numa Roumestan*, de Alphonse Daudet, foi feita pela Doutora em Literatura Francesa Norma Braga.

Esse complemento definitório da *token*-reflexividade nos conduz ao que será nossa última definição da categoria dos dêiticos: Os dêiticos são expressões que se referem a um referente cuja identificação é feita necessariamente mediante o entorno espaço-temporal de sua ocorrência. A especificidade do sentido indexical é a de “apresentar” o referente por meio desse contexto.

Essa formulação, é bom especificar, não diz que o referente deve ser encontrado *no* entorno espaço-temporal. Se fosse assim, ela só representaria, finalmente, uma variante notacional da abordagem A, atribuindo aos dêiticos referentes “presentes” na situação de enunciação. Conseqüentemente, não há condição de presença do referente. A definição estipula, apenas, que a identificação passa obrigatoriamente pelas relações espaço-temporais da ocorrência. Essa obrigação pode ser satisfeita por uma presença efetiva do referente no entorno espaço-temporal da ocorrência. Isso explica, como havíamos dito antes, o apoio que têm as abordagens onomasiológicas dos dêiticos. Mas essa permanência no local da enunciação não é absolutamente indispensável. A condição de identificação pode ser satisfeita de outro modo. Por isso é necessário distinguir dois tipos de relações espaço-temporais: as que estabelecem uma ligação imediata entre a ocorrência e o referente e aquelas cuja junção só se faz indiretamente¹³⁴.

A necessidade dessa separação decorre da própria natureza das ocorrências linguísticas. Uma ocorrência linguística experimenta dois tipos de relação espaço-temporal:

- como unidade discursiva, ela entra em relação temporal com as unidades discursivas que a precedem e a seguem imediatamente; ela possui a esse respeito um ambiente espaço-temporal textual;
- como acontecimento singular, ela mantém relações espaço-temporais com a situação extralinguística e apresenta, assim, um ambiente espaço-temporal situacional.

O referente de uma expressão dêitica pode, conseqüentemente, ser identificado por cada um dos dois ambientes espaço-temporais. No caso de uma identificação por meio do ambiente textual – portanto, de uma referência anafórica – o referente, como já ressaltamos muitas vezes, não está realmente presente nesse contexto. Em decorrência disso, a relação espaço-temporal entre a ocorrência e o referente não pode ser imediata. Percebemos, então, que a partir do momento em que a identificação do referente pode ser feita no contexto linguístico, é necessário aceitar a divisão das relações espaço-temporais em conexões imediatas e diferenciadas.

¹³⁴ Ver M. Vuillaume (1980). É necessário, entretanto, assinalar que essa oposição não deve ser confundida com a distinção dêiticos *transparentes* [os diretos de VUILLAUME] / dêiticos *opacos* [os

2.3.2.3. **Relações espaço-temporais ocorrência-referente imediatas**

É aqui que a comparação com os índices não linguísticos, como o dedo apontado, se mostra mais frutífera. Se eu aponto meu dedo para uma maçã, meu interlocutor chegará a identificar o referente designado levando em conta a direção indicada pelo meu dedo. Há uma relação espacial e temporal [o momento em que eu aponto] entre a ocorrência do meu gesto e a maçã buscada, relação que permite encontrar o referente pretendido.

Os símbolos indexicais transparentes respondem, em primeiro lugar, a essa ligação factual direta. Isso se evidencia com *aqui* e *agora*, em virtude de seu conteúdo predicativo espacial e temporal [o lugar em que é pronunciada a ocorrência de *aqui*; o momento em que é pronunciada a ocorrência de *agora*] e também pelos “pessoais”, como *eu* e *tu*, cujas regras convencionais de fixação referencial [para *eu*, deve-se considerar a pessoa que diz *eu*; para *tu*, a pessoa que diz *tu*] se deixam reconstruir sob o ângulo da localização e da contiguidade temporal: o referente de *eu* é o que, no momento da enunciação de *eu* e no lugar em que se enuncia *eu*, pronuncia *eu* [isso é, evidentemente, dizer que *eu* = a pessoa que diz *eu*]; o referente de *tu* é o que, no momento e no lugar da enunciação de *tu*, é o alocutário [ou aquele a quem se diz *tu*].

Os símbolos indexicais opacos têm, igualmente, empregos em que a ocorrência se encontra em relação espaço-temporal direta com o referente. Desta forma, as descrições demonstrativas de *esse livro*, *esse carro* ou *essa noite* podem ser utilizadas para fazer referência, respectivamente, ao livro no qual está escrita a ocorrência *esse livro*, ao carro no qual se pronuncia a ocorrência *esse carro* ou à noite durante a qual é pronunciada a ocorrência *essa noite*.

2.3.2.4. **Relações espaço-temporais ocorrência-referente diferenciadas**

A imagem do dedo apontado se revela, por outro lado, enganosa, quando a aplicamos às situações de relações espaço-temporais indiretas. Isso porque, nesse caso, a ocorrência se encontra em relação espaço-temporal direta não com o próprio referente, mas com elementos intermediários [do ambiente textual ou do ambiente extralinguístico] que conduzem à identificação do referente (VUILLAUME, 1980).

A análise de *isto* gestual nos servirá de introdução a esse tipo de processo de referência indexical. “*Isto*”, escreve F. Récanati (1979b, p.159), “funciona como um dedo apontado na medida em que só designa, por exemplo, a maçã se ele [*isto*] é anunciado em sua circunvizinhança imediata [...]. Há uma relação, de fato, entre a palavra *isto* e a maçã”. A afirmação nos parece muito forte. Não

indiretos de VUILLAUME]. Os dêiticos opacos podem ter tipos de empregos referenciais de conexão imediata entre a ocorrência e o referente.

há relação factual ou espaço-temporal direta entre a maçã e *isto*, como há entre a maçã e o dedo apontado. Sem um gesto de ostensão, o interlocutor não pode localizar o referente: é realmente o apontar do dedo que acompanha um *isto* gestual que indica o ponto de localização do referente e que permite, então, finalmente, encontrar o objeto buscado. A relação espaço-temporal pertinente para a ocorrência é a que prevalece entre a ocorrência e o gesto de ostensão. Isso aparece claramente na paráfrase de *this table* por H. Reichenbach: *the table pointed to by a gesture accompanying this token*. A ocorrência e os gestos estão ligados por uma relação de simultaneidade. É considerando a ocorrência e o gesto que lhe é associado que o interlocutor conhece, finalmente, o referente representado pela expressão indexical.

A anáfora indexical se insere em uma explicação diferenciada similar. A relação factual se estabelece entre a ocorrência e uma outra expressão linguística, e não diretamente com o referente: trata-se uma relação de contiguidade [maior ou menor proximidade]. O referente só é encontrado através dessa instância intermediária discursiva diretamente vinculada à ocorrência. Com isso, compreendemos que a correferência não é obrigatória porque a expressão anterior [o *anaforizante*, de J. C. Milner, 1982] ou subsequente [catáfora], em relação factual com a ocorrência [o *anaforizado*], não precisa remeter ao referente buscado¹³⁵: basta que por meio dela possamos encontrar o referente. Essa condição é evidentemente satisfeita se ela mesma denota esse referente [caso da correferência]. No caso da não correferência, é necessário haver uma relação entre o referente que ela representa e o referente realmente buscado que conduza de um a outro e assegure o sucesso da identificação referencial. As funções referenciais de G. Nunberg (1978) podem preencher essa função, como também são pertinentes para explicar o mecanismo referencial das situações de ostensão diferenciada como essa, do exemplo 11):

11) *Pedro comprou isso*.

Na interpretação em que *isso* remete à empresa que publica o jornal cujo exemplar é designado por ostensão, é uma função referencial do tipo *x é fabricado por X* que permite dar conta da possibilidade desse emprego diferenciado. Observaremos que essa situação é similar à da anáfora indexical não correferencial. Seja ostensão diferenciada, seja anáfora não correferencial, o papel do índice – na ocorrência 11), um demonstrativo – permanece o mesmo: ele indica somente que sua ocorrência está em relação espaço-temporal com elementos [do ambiente textual ou do ambiente situacional] que permitem a identificação do referente.

¹³⁵ Cf. o exemplo 7): *O pinheiro que João plantou em seu jardim morreu. Esse pinheiro não resiste nunca ao calor de verão da planície*.

Considerações finais

A maior parte das dificuldades encontradas pela “teoria” de teorias que nós apresentamos [seja abordagens *A* ou algumas versões *B*] estão resolvidas, como vimos, por uma concepção espaço-temporal dos dêíticos. Sem desmerecer as conquistas das explicações concorrentes, essa solução abre caminho para uma análise fecunda dos diferentes tipos de dêíticos. É a hora de testá-la mais profundamente e, para nós, é o momento de concluir.

Georges Kleiber

Centro de Análise Sintática
Universidade de Metz – França

Referências

- ADAMS, R. M. Actualism and Thisness. *Synthese*, [S.l.], v. 49, n. 1, p.3-41, 1981.
- AOUN, J. *The formal Nature of Anaphoric Relation*. Tese de doutorado. [S.l.: s.n.], 1981.
- ATLANI, F. *La langue au ras du texte*. Lille: PUL, 1984.
- BACH, K. Referencial attributive. *Synthese*, [S.l.], v. 49, n. 2, p.245-273, 1981.
- BAKER, L. R. On Making and Attributing Demonstrative Reference. *Synthese*, [S.l.], v. 49, n. 2, p.245-273, 1981.
- BAR-HILLEL, Y. Indexical Expressions. *Mind*, [S.l.], v. 63, p.359-379, 1954.
- BENNET, M. Demonstratives and Indexical in Montague Grammar. *Synthese*, [S.l.], v. 39, p.1-80, 1978.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*, t. 1. Paris: Gallimard, 1966.
- _____. *Problèmes de linguistique générale*, t. 2. Paris: Gallimard, 1974.
- BLANCHE-BENVENISTE C.; CHERVEL, A. Recherches sur le syntagme substantif. *Cahiers de lexicologie*, [S.l.], v. IX, n. 2, p.3-37, 1966.
- BONNARD, H. Les mots démonstratifs. *Grand Larousse de la langue française*, t. 2, [S.l.], p.1206-1207, 1971.
- BRAUNMULLER, K. *Referenz und Pronominalisierung: Zu den Deikta und Proformen des Deutschen*. Tübingen: Niemeyer, 1977.

BURGE, T. Demonstratives Constructions. Reference and Truth. *The Journal of Philosophy*, [S.l.], v. LXXI, n. 7, p.205-223, 1974.

BURKS, A. Icon, Index, Symbol. *Philosophy and Phenomenological Research*, [S.l.], v. 9, 1948-1949.

CASTAÑEDA, H. N. Indicators and Quasi-Indicators. *American Philosophical Quarterly*, [S.l.], v. 4, p.85-100, 1967.

_____. The Semiotic Profile of Indexical (Experiential) Reference. *Synthese*, [S.l.], v. 49, n. 2, p.275-316, 1981.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge, Massachusetts: M. I. T. Press, 1982.

COLLECTION ERA 642: *Recherches sur l'anaphore*, revue publiée par le Département de Recherche linguistique et le laboratoire de linguistique formelle. [S.l.: s.n.], Université de Paris 7; CNRS, 1984.

CORBLIN, F. *Anaphore et interprétation des segments nominaux*. Tese de doutorado (Thèse d'Etat). [Paris]: Université de Paris VII, 1985.

_____. Sur la notion d'anaphore. *Revue québécoise de linguistique*, [S.l.], v. 15, n. 1, p.173-195, 1985a.

DAHL, O. On Points of Reference. *Semantikos*, [S.l.], v. 1, n. 1, p.45-61, 1975.

DANON-BOILEAU, L. That is the question. In: ATLANI, F. (ed.) *La langue au ras du texte*. Lille: PUL, p.31-55, 1984.

DEVITT, M. Singular Terms. *The Journal of Philosophy*, [S.l.], v. LXXI, n. 7, p.183-205, 1974.

_____. Semantics and the Ambiguity of Proper Names. *The Monist*. [S.l.], 59, n. 3, p.404-423, 1976.

DONELLAN, K. Speaking of Nothing. *The Philosophical Review*, [S.l.], LXXXIII, n. 1, 1974.

_____. Speaker Reference, Descriptions and Anaphora. In: COLE, P.(ed.) *Syntax and Semantics 9: Pragmatics*. New York: Academic Press, p.47-68, 1978.

DUBOIS, J. et alii. *Dictionnaire de linguistique*. Paris: Larousse, 1972.

DUCROT, O.; TODOROV, T. *Dictionnaire Encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1972.

EVANS, G. The Causal Theory of Names. *Aristotelian Society Sup.*, [S.l.], v. 47, 1973.

FRASER, T.; JOLY, A. Le système de la deixis. Esquisse d'une théorie d'expression en anglais. *Modèles linguistiques*, [S.l.], 1, 2, p.97-157, 1979.

GUÉRON, J. Relations de coréférence dans la phrase et dans le discours. *Langue française*, [S.l.], 44, p.42-79, 1979.

ISARD, S. Changing the Context. In: KEENAN, E. (ed.) *Formal Semantics of Natural Language*. Londres: Cambridge University Press, p.287-296, 1975.

JACOB, P. Et si les chats étaient des robots.... *Semantikos*, [S.l.], v. 3, n. 1, p.61-79, 1979.

_____. *L'empirisme logique*. Paris: Minuit, 1980.

KALISH, D. Pragmatics. In: EDWARD, P.(ed.) *Encyclopedia of Philosophy*. Londres: [s.n.], 1967.

KAPLAN, D. *Demonstratives. An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics and Epistemology of Demonstratives and other Indexicals*, 1977. Datilografado, 99 p.

KERBRAT-ORECCHIONI, K. *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris: A. Colin, 1980.

KLEIBER, G. *Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres*. Paris: Klincksieck, 1981.

_____. Les démonstratifs (dé) montrent-ils? Sur le sens référentiel des adjectifs et pronoms démonstratifs. *Le français moderne*, [S.l.], 51, n. 2, p.99-117, 1983a.

_____. A propos de l'analyse Adjectif démonstratif = article défini + élément déictique ou Sur l'irréductibilité des symboles indexicaux. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOLOGIE ROMANES, 17, 1983b, Aix-en-Provence, Actes, [S.l.; s.n.], 1986, v. 4, p.194-212, 1983b.

_____. Sur la sémantique des descriptions démonstratives. *Linguisticae Investigationes*, [S.l.], VII, 1, p.63-85, 1984a.

_____. "Monsieur Auguste" est venu: Théorie naïve, théorie de la métanomination et théorie "reductionniste". In: KLEIBER, G. (ed.) *Recherches en Pragma-sémantique*. Paris: Klincksieck, p.215-231, 1984b.

_____. Sur le sens du sens: contre la représentation sémantique des noms chez Putnam. *Modèles linguistiques*, [S.l.], t. VII, fasc. 4, p.73-104, 1985.

_____. L'opposition CIST/CIL en ancien français ou Comment analyser les démonstratifs? In: COLLOQUE DE STRASBOURG: sur Romanistique-germanistique: une confrontation, 1984, [Strasbourg], Communication, à paraître.

_____. L'énigme du Vintimille ou Les déterminants à quai. *Langue française*, [S.l.], à paraître, 1986.

KRIPKE, S. Naming and Necessity. In: DAVIDSON, D; HARMAN, G. (ed.) *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: Reidel, p.253-355, 1972. Trad. franc.: *La logique des noms propres*. Paris: Minuit, 1980.

- LAURIER, D. Les expressions déictiques en théorie des modèles et en théorie de la vérité. *Histoire, épistémologie, Langage*, [S.l.], t. 5, 2, p.163-193, 1983.
- LEWIS, D. General Semantics. In: DAVIDSON, D; HARMAN, G. (ed.) *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: Reidel, p.169-218, 1972.
- LYONS, J. Deixis as the Source of Reference. In: KEENAN, E. (ed.) *Formal Semantics of Natural Language*. Londres: Cambridge University Press, p.61-83, 1975.
- _____. *Sémantique linguistique*. Paris: Larousse, 1980.
- MAILLARD, M. Essai de typologie des substitutes diaphoriques. *Langue française*, [S.l.], 21, p.55-71, 1974.
- MARTIN, R. La notion d'univers de croyance dans la définition du nom propre. *LINX*, [S.l.], n. 9, p.7-28, 1983.
- McGINN, C. The Mechanism of Reference. *Synthese*, [S.l.], v. 49, n. 2, p.157-186, 1981.
- MILNER, J. C. *De la syntaxe à l'interprétation*. Paris: Seuil, 1978.
- _____. *Ordres et raisons de langue*. Paris: Seuil, 1982.
- MOIGNET, G. *Grammaire de l'ancien français*. Paris: Klincksieck, 1973.
- MONTAGUE, R. Pragmatics. In: KIBLANSKY, R. (ed.) *Contemporary Philosophy*, 1968. Retomado em THOMASON, R. (ed.), *Formal Selected Papers of Richard Montague*. [S.l.]: New Haven University Press, p.95-118, [19-].
- MOUNIN, G. *Dictionnaire de la linguistique*. Paris: PUF, 1974.
- NUNBERG, G. *The Pragmatic of Reference*. Bloomington: Indiana University Linguistic Club, 1978.
- PARIENTE, J. C. *Le langage et l'individuel*. Paris: A. Cloin, 1973.
- PARRET, H. Demonstratives and the I-Sayer. In: VAN DER AUWERA, J. (ed.) *The Semantics of Determiners*. Londres: Croom Helm, p.96-111, 1980.
- PAUL, H. *Principien der Sprachgeschichte*. 2^e edition. [S.l.]: Halle, 1886.
- PEACOCKE, C. Demonstrative Thought and Psychological Explanation. *Synthese*, [S.l.], v. 49, n. 2, p.187-217, 1981.
- PEIRCE, C. S. *Collected Papers*. In: HARTSHORNE, C. et al. (eds.) Cambridge: [s.n.], 1931-1935, 8v.
- POTTIER, B. *Linguistique générale*. Paris: Klincksieck, 1974.

- QUINE, W. v. O. The Inscrutability of Reference. In: STEINBERG, D.; JAKOBOVITS, L. A. *Semantics: an Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*, [S.l.: s.n.], p.142-156, 1971.
- RECANATI, F. Le développement de la pragmatique. *Langue française*, [S.l.], n. 42, p.6-20, 1979a.
- _____. *La transparence et l'énonciation*. Paris: Seuil, 1979b.
- _____. La sémantique des noms propres: remarques sur la notion de "désignateur rigide". *Langue Française* [S.l.], 57, p.106-118, 1983.
- REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. New York: McMillan, 1947.
- RICOEUR, P. *La métaphore vive*. Paris: Seuil, 1975.
- SCHIFFER, S. Indexicals and the Theory of Reference. *Synthese*, [S.l.], v. 49, n. 1, p.43-100, 1981.
- SERBAT, G. *Is: un super-nom*. *Latomus*, t. XLIII, [S.l.], fasc. 3, p.554-559, 1984.
- SMITH, D. W. Indexical Sense and Reference. *Synthese*, [S.l.], v. 49, n. 1, p.101-127, 1981.
- STALNALKER, R. C. Indexical Belief. *Synthese*, [S.l.], v. 49, n. 1, p.129-151.
- STAMPE, D. W. Toward a Causal Theory of Linguistic Representation. In: P.A. French et al. (ed.) *Midwest Studies in Philosophy II*. [Minnesota]: University of Minnesota Press, 1972.
- SYNTHESE. Demonstrative and Indexical Reference. [S.l.: s.n.], n. 1-2, 1981.
- VUILLAUME, M. *La deixis en allemand*. Tese de doutorado (Thèse d'Etat). [Paris]: Université de Paris IV, 1980.
- _____. Les démonstratifs allemands DIES- et JEN-. Remarques sur les rapports entre démonstratifs et embrayeurs. In: DAVID, J.; KLEIBER, G. (ed.), *COLLOQUE DE METZ*, 6-8 déc. 1984, [Metz], Actes..., *Déterminants: syntaxe et sémantique*. Paris: Klincksieck, 1986.
- WIESE, B. Anaphora by Pronouns. *Linguistics*, [S.l.], 21, p.373-417, 1983.